



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO**  
**DE 2011**

**Março, 2012**



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO**  
**DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

**Unidade Consolidadas:** 090031 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região; 090006 – Justiça Federal de 1º Grau CE; 090007 – Justiça Federal de 1º Grau RN; 090008 – Justiça Federal de 1º Grau PB; 090009 – Justiça Federal de 1º Grau PE; 090010 – Justiça Federal de 1º Grau AL; 090011 – Justiça Federal de 1º Grau SE.

**Recife, 03/2012**

## LISTA DE ABREVIACÕES

UJ	Unidade Jurisdicional
UO	Unidade Orçamentária
UG	Unidade Gestora
LOA	Lei Orçamentária Anual
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
RPV	Requisitórios de Pequeno Valor
TRF2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
TRF5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TCU	Tribunal de Contas da União
JF5	Justiça Federal da 5ª Região
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CJF	Conselho da Justiça Federal
MPOG	Ministério do Planejamento
NA	Não aplicável
OCI	Órgão de Controle Interno
SJPB	Seção Judiciária da Paraíba
SJRN	Seção Judiciária do Rio Grande do Norte
SJCE	Seção Judiciária do Ceará
SJPE	Seção Judiciária de Pernambuco
SJAL	Seção Judiciária de Alagoas
SJSE	Seção Judiciária de Sergipe

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentação Processual JF5 - 2º Grau .....	12
Quadro 2 - Movimentação Processual JF5 - 1º Grau .....	12
Quadro 3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.2) .....	14
Quadro 4 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ (A.2.2).....	27
Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias (A.2.3).....	31
Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (A.2.4).....	31
Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (A.2.5) Valores em R\$ 1,00.....	32
Quadro 8 – Quadro resumo da Programação de Despesas e da reserva de contingência (A.2.6) .....	32
Quadro 9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (A.2.7).....	34
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (A.2.8) .....	40
Quadro 11 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.9).....	41
Quadro 12 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.10).....	42
Quadro 13 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação pelas UJs Consolidadora e Consolidadas(A.2.11).....	44
Quadro 14 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação pela UJ – Programa 0901(A.2.11).....	44
Quadro 15 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A 2.12) .....	46
Quadro 16 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - Programa 0901 (A 2.12).....	47
Quadro 17 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A.2.13) .....	48

Quadro 18 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Programa 0901 (A.2.13).....	50
Quadro 19 – K – Carga de Trabalho de Magistrados.....	52
Quadro 20 – Tjulg Dist – Processos Julgados por Distribuídos.....	53
Quadro 21 - Taxa de Execução do Orçamento .....	54
Quadro 22 - Despesa Total por Grupo de Despesa .....	54
Quadro 23 - Taxa Despesa Real por Habitante .....	55
Quadro 24 - Despesa Licitável Executada(liquidada) por Modalidade de Licitação.....	55
Quadro 25 - Custeio Assistência Jurídica Gratuita .....	56
Quadro 26 - Despesa da Região sobre Despesa Justiça .....	56
Quadro 27 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores –(A.4.1) .....	56
Quadro 28 - Composição da força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011 (A 5.1).....	58
Quadro 29 – Situações que reduzem a força de trabalho – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.2).....	58
Quadro 30 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.3) .....	59
Quadro 31 - Quantidade de servidores por faixa etária – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.4).....	60
Quadro 32 - Quantidade de servidores por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.5).....	60
Quadro 33 - Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.6).....	61
Quadro 34 – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.7).....	61
Quadro 35 – Composição do quadro de estagiários (A.5.8) .....	62
Quadro 36 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (A.5.9).....	63

Quadro 37 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva TRF5 (A.5.12).....	65
Quadro 38 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (A 5.13) .....	69
Quadro 39 - Tt - Taxa de participação de Servidores em ação de treinamento. ....	76
Quadro 40 - It – Investimento por Servidor treinado. ....	77
Quadro 41 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV (A.7.1). ..	78
Quadro 42 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (A.8.1) .....	78
Quadro 43 – Estrutura de Controles Internos da UJ (A 9.1).....	83
Quadro 44 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (A.10.1).....	85
Quadro 45 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (A 11.1).....	87
Quadro 46 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (A 11.2) .....	88
Quadro 47 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ (A.11.3).....	90
Quadro 48 – Gestão da Tecnologia da Informação na UJ (A 12.1).....	97
Quadro 49 – Acórdão 5882/2010 – 2ª Câmara .....	98
Quadro 50 – Acórdão 4203/2011 – 2ª Câmara .....	99
Quadro 51 – Acórdão 4747/2010 – 2ª Câmara .....	101
Quadro 52 – Acórdão 4747/2010 – 2ª Câmara .....	102
Quadro 53 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.15.3) .....	103
Quadro 54 – Declaração Plena do Contador .....	104

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES .....	3
LISTA DE QUADROS .....	4
SUMÁRIO .....	7
1. Introdução.....	10
1.1. Principais Realizações da Gestão no Exercício .....	11
2. Identificação da UJ Consolidadora .....	14
3. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	19
3.1. Responsabilidades Institucionais .....	19
3.2. Estratégia de atuação frente as responsabilidade institucionais.....	25
3.3. Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade.....	27
3.3.1 Execução Física das ações realizadas. ....	27
3.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	31
3.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	31
3.4.2. Programação de Despesas Correntes .....	31
3.4.3. Programação de Despesas de Capital.....	32
3.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas .....	32
Análise crítica dos quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6:.....	33
3.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	34
3.4.4. Execução Orçamentária da Despesa .....	40
3.4.4.1 Execução Orçamentária de Crédito Originários da UJ .....	40
3.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	44
3.4.5. Indicadores Institucionais.....	52
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	56
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	56
5. Informações sobre Recursos Humanos .....	58

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	58
5.1.1 Demonstração da força de trabalho.....	58
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva .....	58
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas .....	59
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal segundo a idade.....	60
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal segundo a escolaridade.....	60
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	61
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos segundo o regime de proventos e de aposentadoria .....	61
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas .....	61
5.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	62
5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal .....	63
5.5. Terceirização de mão de obra empregada.....	65
5.5.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	65
5.5.2 Informações sobre locação de mão de obra par atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão .....	69
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	76
6. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG e SICONV .....	78
7. Cumprimento da obrigação de entregar a DBR .....	78
7.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 .....	78
7.2 Análise Crítica .....	79
8. Sistema de Controle Interno .....	83
8.1. Estrutura de Controle Internos da UJ.....	83
9. Compras Sustentáveis .....	85
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	85



10. Gestão Patrimônio Imobiliário .....	87
10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	87
11. Gestão de Tecnologia da Informação .....	97
12. Deliberações TCU / OCI .....	98
12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	98
Acórdão nº 5882/2010 – 2ª Câmara .....	98
Acórdão nº 4203/2011 – 2ª Câmara .....	99
Acórdão nº 4747/2010 – 2ª Câmara .....	101
12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	102
Acórdão nº 4747/2010 – 2ª Câmara .....	102
12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício .....	103
13. Declaração do Contador .....	104
Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis ..	104
CONCLUSÃO .....	105

## 1. Introdução

Este Relatório de Gestão Consolidado está estruturado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações expedidas pelo CJF.

Não houve ocorrência, no exercício de 2011, para esta Unidade Jurisdicionada (UJ) para os seguintes itens:

- Parte A, Item 2, Subitem 2.3, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1) – A UJ não tem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA). Saliente-se que o Programa Finalístico 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, conforme consta do PPA, é de responsabilidade do Órgão 12000 - Justiça Federal, portanto, suas informações são consolidadas, em relação a este quadro, pela Unidade Gestora 090026 – Conselho da Justiça Federal.
- Parte A, Item 3, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – As Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos não foram apresentadas em virtude de ainda não estarem sendo registradas no SIAFI, uma vez que as UJs não realizaram tal registro. Destaque-se que essas obrigações levantadas pela SOFC/TRF5, referem-se à despesa de pessoal de exercícios anteriores, e estão aguardando a liberação do crédito orçamentário do órgão setorial orçamentário e financeiro do CJF para pagamento. Esse valor, no final do exercício de 2011, totalizava a quantia de R\$ 3.346.586,62.

No exercício de 2012, a SOFC/TRF5 pretende orientar as UJs a providenciarem os registros contábeis desses fatos. Ressalte-se que essas despesas de pessoal que compõem esse passivo são de difícil previsão por parte das UJs.

- Parte A, Item 5, Subitem 5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do Órgão (Quadros A.5.9-1 e A.5.10), bem como o Subitem 5.5.2 – Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados (Quadro A.5.11), anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

- Parte A, Item 6, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigente no exercício de referência;
- Parte A, Item 14, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – Informações sobre Renúncia Tributária.
- No que diz respeito ao Item 13 do Anexo II, Parte A da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010, registre-se que esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não utiliza cartões de crédito corporativos.
- Parte A, Item 15, Subitem 15.4, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.
- Parte A, Item 16, anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de Controle Interno.

### **1.1. Principais Realizações da Gestão no Exercício**

A Justiça Federal da 5ª Região, que atende a 29.618.236 habitantes<sup>1</sup>, é constituída pelo Tribunal Regional Federal (TRF5) e seis Seções Judiciárias, com jurisdição nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe.

Atualmente o TRF5 é composto por 15 desembargadores federais e 843 servidores, dividindo-se em quatro Turmas de Julgamento, cada uma com três desembargadores, havendo, ainda, o Plenário. Possui, também, um Conselho de Administração, integrado por nove membros.

---

<sup>1</sup> Conforme IBGE, Estimativa de população para 1º de julho de 2011.

As Seções Judiciárias compõem o Primeiro Grau de Jurisdição e são formadas por 98 Varas Federais, sendo 58 Varas nas capitais e 40 no interior dos estados, compreendendo, entre elas, 18 Juizados Especiais Autônomos e 78 Adjuntos, dos quais 28 Juizados Especiais Cíveis, com processamento eletrônico, e 50 Juizados Especiais Criminais, sendo seu processamento físico. A sua força de trabalho em dezembro de 2011 era constituída por 149 magistrados e 3.264 servidores.

Abaixo, apresentamos uma série histórica da movimentação processual do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas:

Quadro 1 - Movimentação Processual JF5 - 2º Grau

Histórico	2008	2009	2010	2011
Distribuídos	43.849	44.681	38.646	36.699
Julgados	44.434	50.432	45.854	44.980
Tramitação	84.627	87.547	88.178	69.266

Fonte: CJF (2008-2010) e SJ/TRF5 (2011)

Quadro 2 - Movimentação Processual JF5 - 1º Grau

Histórico	2008	2009	2010	2011
Distribuídos	337.777	316.739	301.523	355.808
Julgados	300.908	315.286	295.881	323.015
Tramitação	607.689	549.962	485.307	494.611

Fonte: CJF (2008-2010) e Corregedoria Regional TRF5 (2011)

No ano de 2011, o Tribunal julgou 44.980 processos, representando uma diminuição de 2% em relação ao quantitativo de julgados do ano anterior. Entretanto, quando ampliamos nosso olhar, verificamos que a relação percentual entre o número de processos julgados e os distribuídos resulta em 123%. Portanto, o Tribunal conseguiu julgar uma quantidade igual à de processos distribuídos no ano, acrescido de mais 23% de parcela do estoque. Já o Primeiro Grau julgou 323.015 processos, 9% a mais que o ano anterior. Ao calcular a relação percentual entre os processos julgados e a demanda processual, encontramos como resultado 91%. Dessa maneira, mesmo apresentando um quantitativo de 27.134 processos julgados a mais que o ano de 2010, o Primeiro Grau aumentou seu estoque de processos pendentes de julgamento ao final do ano de 2011. Destaque-se que a demanda processual, ou seja, os processos distribuídos, entre os anos de 2010 e 2011 foi ampliada em 18%.

Vale ressaltar que a modificação legislativa ocorrida em 2007, referente aos recursos extraordinários e especiais de matérias repetitivas, que devem permanecer sobrestados no Tribunal até que a sua tese seja julgada no STJ, contribui para que o quantitativo de processos em tramitação continue bastante elevado.

Em 2011, o volume de pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor (RPV's) confirmou o incremento que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em 2010, foram pagos 117.217 RPV's, beneficiando 196.334 cidadãos e pondo em circulação na economia regional, o montante de R\$ 801.196.190,44. Em 2011 foi registrado um total de 149.095 RPV's expedidos, beneficiando 199.538 pessoas e, injetando na economia R\$ 832.623.302,08. Assim, quanto ao pagamento de RPV's, verifica-se, entre os anos de 2010 e 2011, um incremento de R\$ 31.427.111,64 aplicado na economia dos Estados que compõem a 5ª Região, proporcionando um aumento de 3.204 pessoas beneficiadas.

Apesar dos problemas decorrentes da carência de pessoal, a Justiça Federal da 5ª Região superou as dificuldades encontradas para o cumprimento das diretrizes e promoveu diversas ações bem sucedidas, decorrentes do esforço e empenho dos magistrados e servidores, que resultaram no alcance de 60% das Metas Prioritárias de 2010 (metas alcançadas: 1, 5, 6, 7, 8 e 9.).

Como reconhecimento por esse esforço, o TRF5, juntamente com o TRF2, foram os únicos da Justiça Federal que receberam congratulações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por estar entre os tribunais brasileiros que obtiveram melhor desempenho no cumprimento das Metas Prioritárias de 2010.

## 2. Identificação da UJ Consolidadora

Quadro 3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.2)

Poder e órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça Federal/Conselho de Justiça Federal		Código SIORG: NA	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 5ª Região			
Denominação abreviada: TRF5			
Código SIORG: NA	Código LOA: 12106	Código SIAFI: 090031	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – Justiça Federal		Código CNAE: 8423-0/00	
Telefones/Fax de contato:	(081) 34259000	(081) 34259282	(081) 34259243 - FAX
E-mail: dg@trf5.jus.br			
Página da Internet: <a href="http://www.trf5.jus.br">http://www.trf5.jus.br</a>			
Endereço Postal: Avenida Martin Luther King, s/n, Cais do Apolo, Recife/PE, CEP: 50030-908.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ativa	NA	
Justiça Federal em Pernambuco	ativa	NA	
Justiça Federal na Paraíba	ativa	NA	

Justiça Federal no Rio Grande do Norte	ativa	NA
Justiça Federal no Ceará	ativa	NA
Justiça Federal em Alagoas	ativa	NA
Justiça Federal em Sergipe	ativa	NA
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>		
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>		
<p>Normas de criação: CF/88, art. 106 a 110;</p> <p>Lei 5.010, de 10 de maio de 1966, que dispõe sobre a organização da Justiça Federal de Primeira Instância;</p> <p>Lei 7.727, de 9 de janeiro de 1989, que dispõe sobre a composição inicial dos TRFs e sua instalação;</p> <p>Ato de Disposição Constitucional Transitória - ADCT, art. nº 28;</p>		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>		
<p>Resolução TRF5 nº 25, de 10 de dezembro de 2008, aprova o novo regimento interno;</p> <p>Resolução TRF5 nº 12, de 13 de maio de 2009, estrutura organizacional Seções Judiciárias da 5ª Região;</p> <p>Resolução TRF5 nº 21, de 23 de setembro de 2009, estrutura organizacional TRF5;</p> <p>Resolução TRF5 nº 27, de 25 de novembro de 2009, consolida a competência das Varas Federais;</p> <p>Resolução TRF5 nº 25, de 23 de junho de 2010, estabelece a estrutura administrativa dos Gabinetes dos Diretores das Subseções Judiciárias de Palmares-PE, Ouricuri-PE, Goiana-PE, Monteiro-PB, Crateús-CE, Tauá-CE, Quixadá-CE e Iguatú-CE e altera aquela existente na Subseccional de Mossoró-RN;</p> <p>Resolução TRF5 nº 14, de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará.</p> <p>Resolução TRF5 nº 06, de 24 de março de 2010, instala a 21ª Vara da Seção Judiciária do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Iguatu, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 09, de 24 de março de 2010 publicado em 30/03/2010. Instala a 24ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Ouricuri, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 04, de 24 de março de 2010, publicado em 30/03/2010. Instala a 19ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Quixadá, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 05, de 24 de março de 2010, instala a 20ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Tauá, e dá outras providências.</p>		

Resolução TRF5 nº 03, de 24 de março de 2010, instala a 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Crateús, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 08, de 24 de março de 2010, instala a 22ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Palmares, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 17, de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 18 de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 19 de 28 de abril de 2010 publicado, instala, por desmembramento, a 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 20 de 28 de abril de 2010, instala a 26ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Fortaleza, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 21 de 28 de abril de 2010, instala a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Monteiro, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 22, de 28 de abril de 2010, instala a 10ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Mossoró, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 001/2011, de 02 de fevereiro de 2011, destina às Turmas Recursais funções comissionadas FC-05 no âmbito das Seções Judiciárias da 5ª Região.

Resolução TRF5 nº 18 e nº 19/2011, de 16 de fevereiro de 2011, Disciplina a competência das 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª e 25ª Varas Federais da Seção Judiciária do Ceará.

Resolução TRF5 nº 003/2011, de 02 de março de 2011, instala a 12ª Vara do Estado do Rio Grande do Norte, no Município de pau dos Ferros, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 004/2011, de 02 de março de 2011, instala a 11ª Vara do Estado do Rio Grande do Norte, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Assu, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 005/2011, de 02 de março de 2011, instala a 31ª Vara Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Caruaru, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 006/2011, de 02 de março de 2011, instala as 29ª e 30ª Varas da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Jaboatão dos Guararapes, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 007/2011, de 02 de março de 2011, instala a 28ª Vara Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Arcoverde, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 008/2011, de 02 de março de 2011, instala a 9ª Vara Seção Judiciária do Estado de Alagoas, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Maceió, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 010/2011, de 30 de março de 2011, remaneja e renomeia cargos em comissão no âmbito do



Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 015/2011, de 27 de abril de 2011, altera dispositivos do Regimento Interno para criar a figura do Coordenador Regional Substituto dos Juizados Especiais Federais e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 020/2011, de 11 de maio de 2011, altera a Resolução nº 26, de 18 de novembro de 2009, que institui o Gabinete de Conciliação, para adequá-la à Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário.

Resolução TRF5 nº 021/2011, de 25 de maio de 2011, corrige a redação do Art. 2º da Resolução nº 07, de 02 de março de 2011, inserindo o município de Tacaratu na competência territorial da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 022/2011, de 08 de junho de 2011, instala, no Município de Itapipoca, a 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 12.011/2009, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 023/2011, de 22 de junho de 2011, transforma e remaneja funções no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Resolução TRF5 nº 025/2011, de 06 de julho de 2011, instala a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Guarabira, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 026/2011, de 10 de agosto de 2011, consolida as alterações ocorridas na Estrutura Organizacional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Resolução TRF5 nº 028/2011, de 28 de outubro de 2011, Regulamenta o pagamento de diárias e passagens no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com base nas Resoluções CJF 04/2008 e 89/2009.

Resolução TRF5 nº 029/2011, de 26 de outubro de 2011, institui o Diário Eletrônico como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos no âmbito da Justiça Federal 5ª Região, e revoga as resoluções nº 19/2009 e nº 02/2010.

Resolução TRF5 nº 030/2011, de 14 de dezembro de 2011, instala a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Arapiraca, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 031/2011, de 14 de dezembro de 2011, instala a 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Santana do Ipanema, e dá outras

#### **Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

Orientações gerais relativas a Manual de Cálculos, Correção Monetária, Consulta Processual, Consulta de Precatórios e RPVs, entre outras, publicadas no *site* [www.trf5.jus.br](http://www.trf5.jus.br).

Orientações gerais ao estagiário de nível superior, bem como Manual de Gestão Documental, publicadas na Intranet.

#### **Unidades Gestoras e Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas**

<b>Unidades Gestoras relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
090031	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
090006	Justiça Federal de 1º Grau – CE
090007	Justiça Federal de 1º Grau – RN
090008	Justiça Federal de 1º Grau – PB
090009	Justiça Federal de 1º Grau – PE
090010	Justiça Federal de 1º Grau – AL
090011	Justiça Federal de 1º Grau – SE
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	Tesouro Nacional
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
090031	00001
090006	00001
090007	00001
090008	00001
090009	00001
090010	00001
090011	00001

### 3. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

#### 3.1. Responsabilidades Institucionais

Compete institucionalmente à Justiça Federal julgar causas em que a União, Autarquias ou Empresas Públicas Federais forem parte, dentre outras elencadas nos artigos 108 e 109 da Carta Magna.

A Justiça Federal da 5ª Região envolve as Seções Judiciárias de seis Estados da Federação: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará

Para o exercício de 2011, foram considerados como norteadores das ações desenvolvidas pela Justiça Federal da 5ª Região (JF5) o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região (JF5) aprovado pela Resolução nº 28, de 16 de dezembro de 2009, em atendimento ao estabelecido na Meta de Nivelamento nº 1, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Na elaboração do planejamento estratégico da 5ª Região, foi utilizado o *Balanced Scorecard*, um sistema de gestão de desempenho organizacional desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton, tendo sido definidas a missão, a visão e os valores, nos seguintes termos:

1. Missão	Garantir a Sociedade uma prestação jurisdicional cidadã acessível, rápida e efetiva no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região
Visão	Consolidar-se até 2014, perante a sociedade, como referência de segurança jurídica, transparência, efetividade e rapidez na prestação jurisdicional, bem como de eficiência administrativa
Valores	Compromisso Dignidade Ética Imparcialidade Justiça Modernidade Probidade Respeito Responsabilidade Social Transparência

A missão, visão, valores e objetivos estratégicos foram definidos para 5ª Região, sendo que estes foram agrupados em oito grandes grupos, denominados temas, que por sua vez foram reunidos em três perspectivas, assim divididos:

**1.Perspectiva: Sociedade**

**1.1.Tema: Acesso à Justiça**

**Objetivos Estratégicos:** Facilitar o acesso à Justiça

Assegurar a efetividade no cumprimento das decisões

**1.2.Tema: Responsabilidade Social**

Objetivos Estratégicos: Promover a Cidadania

**2.Perspectiva: Processos Internos**

**2.1.Tema: Eficiência Operacional**

**Objetivos Estratégicos:** Otimizar os trâmites judiciais e administrativos

Otimizar a gestão dos recursos

**2.2.Tema: Alinhamento e Integração**

**Objetivos Estratégicos:** Garantir o alinhamento da estratégia regional

Fomentar a integração e a gestão do conhecimento

**2.3.Tema: Atuação Institucional**

**Objetivos estratégicos:** Fortalecer e fomentar as relações institucionais

Aperfeiçoar a comunicação e fortalecer a imagem

**3.Perspectiva: Recursos e Pessoas**

**3.1.Tema: Gestão com Pessoas**

**Objetivo Estratégico:** Promover o desenvolvimento das pessoas

Favorecer a motivação e o comprometimento

Fortalecer o clima organizacional e o bem estar

**3.2.Tema: Infraestrutura e Tecnologia**

**Objetivo Estratégico:** Garantir o acesso e funcionamento de sistemas de tecnologias da informação

Garantir a infraestrutura física e tecnológica

**3.3.Tema: Orçamento**

**Objetivo estratégico:** assegurar orçamento para execução da estratégia.

Integrado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região encontramos um portfólio de 34 projetos estratégicos, sendo 21 deles prioritários.

Em 2011 foram empreendidas ações relacionadas à execução dos seguintes projetos estratégicos prioritários: o Sistema Processual Judicial Eletrônico – PJe; o Processo

Administrativo Eletrônico; o Sistema de Expedição Eletrônica de Requisitórios de Pagamento Administrativo para Peritos, Tradutores e Intérpretes – AJG5; o Diário eletrônico da 5ª Região; e a Implantação das novas Varas Federais.

Os dois primeiros projetos (Processual Judicial Eletrônico – PJe e Processo Administrativo Eletrônico) foram objetos da Meta nº 9/2011 (específica para a Justiça Federal), que determinou a implantação do processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades judiciárias de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

O primeiro projeto estratégico, Processo Judicial Eletrônico PJe, resultou da decisão do CNJ de desenvolver um Sistema Processual Único, a ser utilizado por todas as esferas da Justiça, que resultasse na eliminação do uso de papel nas ações judiciais, além do maior grau de segurança no trâmite, a redução de custos, a celeridade no julgamento dos processos e a transparência da atividade judicial.

Neste sentido, foram celebrados dois Termos de Cooperação Técnica entre o TRF5, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e demais Tribunais Regionais Federais, de nº 03/2010 e 005/2011, com o objetivo de compartilhar soluções, através da cooperação institucional, resultando numa radical mudança de cultura na Justiça Federal.

Em 2010, o PJe foi implantado em todas as Seções Judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região, enquanto no ano seguinte (2011), houve a implantação e a capacitação de servidores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, resultando na modernização do processo judicial.

O segundo projeto estratégico trata-se do Sistema Fluxus (Processo Administrativo Eletrônico), que nasceu em agosto de 2009, a partir da assinatura de Termo de Cooperação, envolvendo o STJ, o TRF da 5ª Região e a Seção Judiciária do Ceará, tendo por objeto a cessão do direito de uso do aludido sistema e a sua customização, bem como de outras soluções tecnológicas compartilhadas, para implantação do sistema informatizado de gestão arquivística de documentos.

As ações previstas no Termo de Cooperação visaram automatizar os procedimentos de gestão documental no exercício das atividades administrativas, emprestando maior celeridade, qualidade, segurança, eficiência e transparência, bem como assegurando a autenticidade e integridade dos documentos.

Ainda, como benefícios da utilização do Fluxus, pode-se mencionar: maior detalhamento das movimentações dos documentos e processos, agora eletrônicos; maior flexibilização e agilidade nas pesquisas; maior facilidade na gestão nas unidades administrativas; backup periódico de dados; possibilidade de envio eletrônico de processos e documentos entre Tribunal e Seções Judiciárias; maior rapidez no trâmite dos processos e documentos; acesso via intranet/internet, possibilitando a independência de localização física; redução de despesas com relação à material de consumo e contribuição com a conservação do meio ambiente.

O Sistema Fluxus entrou em produção no STJ em 2010, e foi implantado em 70% das unidades judiciárias de 1º e 2º grau da Justiça Federal da 5ª Região em 2011, atendendo a Meta do CNJ nº 9/2011.

A introdução de características de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) ampliou os benefícios de um simples controle e gestão dos processos administrativos. Documentos e processos eletrônicos, de existência unicamente digital, podem tramitar virtualmente na instituição, de modo ágil e seguro. Foi com essa filosofia que a Seção Judiciária do Ceará desenvolveu o Sistema Fluxus, que se trata de uma ferramenta de gestão integrada e voltada para a área administrativa governamental, com ênfase em tramitação de documentos e processos.

O terceiro projeto estratégico se cuida do desenvolvimento do Sistema de Expedição Eletrônica de Requisitórios de Pagamento Administrativo para Peritos, Tradutores e Intérpretes, denominado AJG5, foi concluído em 2010, e implantado em 2011, como projeto piloto, na Seção Judiciária da Paraíba. Foi instalado o módulo judiciário, que abrange cadastro, nomeação e acompanhamento dos eventos relativos à Assistência Judiciária Gratuita.

O AJG5 está totalmente integrado com o Sistema Eletrônico Processual de Juizado (Creta), bem como ao sistema físico de 1º Grau (Tebas), refletindo todo o ambiente operacional da seção judiciária e a todo universo de assistência judiciária, evitando retrabalho de digitação de dados e garantindo a segurança e integridade da informação.

A evolução do projeto AJG5 prevê a integração ao sistema AJG Central (CJF), com o envio das informações necessárias, de acordo com os *layouts* definidos pelo CJF, bem como ao sistema SIAFI, possibilitando a geração de listas de credores, da mesma forma como são

realizados os pagamentos de requisitório (Precatórios e RPV), resultando no aumento da segurança e controle dos procedimentos.

Com o objetivo de garantir a celeridade da tramitação processual, bem como a observância dos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, e economia dos atos processuais, além da redução de custos operacionais, conforme determina o artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal, foi concluído, em 2011, o quarto projeto estratégico, qual seja, o Diário Eletrônico da 5ª Região.

O Diário Eletrônico da 5ª Região foi instituído, em setembro de 2009, tendo na primeira etapa contemplado as publicações vinculadas às matérias judiciais de 2º grau, alinhando-se com a meta de nivelamento de nº 7, do CNJ, do mesmo ano: “tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça”.

Em 2011, por meio da Resolução nº 29/2011, o Tribunal executou, a partir de 1º de dezembro, as duas etapas restantes do projeto, com a disponibilização, no site do TRF da 5ª Região, das publicações relativas às matérias administrativas de 2º grau (2ª etapa) e das publicações concernentes às matérias judiciais e administrativas de 1º grau (3ª etapa).

Cabe ressaltar que todos os atos judiciais, e administrativos da 5ª Região, permitidos em lei, já estão sendo publicados no Diário Eletrônico, que substituiu a versão impressa, reduzindo os custos com publicação, além de contribuir com a conservação do meio ambiente, decorrente da eliminação do papel.

Dando continuidade ao cronograma do Projeto de Implantação de novas Varas Federais (quinto projeto estratégico), previsto na lei nº 12.011/2009, que tem como um dos objetivos facilitar o acesso à Justiça, em 2011 foram instaladas 09 (nove) Unidades Judiciárias na 5ª Região, assim distribuídas: duas Varas Federais na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (11ª no Município de Assu e 12ª no Município de Pau dos Ferros), quatro Varas Federais na Seção Judiciária de Pernambuco (28ª no Município de Arcoverde, 29ª e 30ª Varas no Município de Jaboatão dos Guararapes, e 31ª no Municípios de Caruaru), uma Vara Federal na Seção Judiciária de Alagoas (9ª no Município de Maceió), uma Vara Federal na Seção Judiciária do Ceará (27ª no Município de Itapipoca) e uma Vara Federal na Seção Judiciária da Paraíba (12ª no Município de Guarabira).

Ademais, o outro orientador das ações desenvolvidas pela JF5 foram as Metas Nacionais de 2011, instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em 7 de dezembro de 2010, durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro, foram definidas as 9 Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2011, dentre as quais, 04 foram dirigidas a todo o Poder Judiciário, e uma específica para o segmento da Justiça Federal, assim distribuídas:

- Meta nº 01, criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica;
- Meta nº 02, implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau, em cada tribunal;
- Meta nº 03, julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011, e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;
- Meta nº 04, implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos;
- Meta nº 09 (específica para o segmento da Justiça Federal), implantar o processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau, até dezembro de 2011.

A Justiça Federal da 5ª Região atingiu todas as Metas Nacionais do Judiciário estabelecidas para ano de 2011, merecendo destaque a Meta nº 03 (atualização da Meta Prioritária nº 01/2010), com percentual de cumprimento de 105,51%, resultado superior ao alcançado no ano anterior, que foi de 100,74% (Meta nº 01/2010).

Ambas as Metas conquistadas (01/2010 e 03/2011) buscavam a redução do estoque processual (processos pendentes de julgamento + casos novos) de todas as unidades judiciárias (1º grau, 2º Grau, Juizados Federais, Turmas Recursais), fomentando a maior produtividade e celeridade dos julgamentos, em consonância com a missão precípua da Justiça Federal da 5ª Região.

Neste sentido, no ano de 2011 ingressaram 385.699<sup>2</sup> novos processos de conhecimento na 5ª Região, sendo que 406.956<sup>3</sup> processos receberam primeiro ou único julgamento no

<sup>2</sup> Conforme critérios constantes do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário de 2011.

<sup>3</sup> Conforme critérios constantes do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário de 2011.



mesmo exercício, em todas as instâncias de julgamento (2º Grau, 1º Grau, Juizados Especiais, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização), evidenciando-se a redução de processos pendentes de julgamento.

### **3.2. Estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais**

No exercício de 2011 a UJ conseguiu executar grande parte dos projetos previstos no seu planejamento estratégico, os quais se encontram descritos no item 3.1.

Contudo, desde a entrada em vigor da Resolução CJF nº 96, de 30 de dezembro de 2009, e Resolução TRF5 nº 28, de 16 de dezembro de 2009, que tratam, respectivamente, da aprovação do planejamento estratégico da Justiça Federal e do Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região, a JF5 encontrou dificuldades na tentativa de gerenciar a sua estratégia.

Dentre as principais dificuldades apresentadas, destacam-se:

- Dificuldade na coleta de indicadores;
- Existência de indicadores que não permitiam a mensuração;
- Existência de objetivos desvinculados da estratégia do tribunal;
- Projetos definidos como estratégicos que não evoluíram ou não foram acompanhados;
- Revisão da metodologia utilizada para a elaboração do planejamento estratégico e gestão da estratégia e de um modelo de operação dos serviços requeridos, fundamentados no BSC;
- Aprimoramento da visão sistêmica de atuação da Justiça Federal.

Diante disso, ainda em 2011, verificou-se a importância de se iniciar a revisão dos planejamentos estratégicos propostos, buscando uma versão sistêmica e passível de execução.

A proposta de revisão foi planejada por meio de um plano de trabalho sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Institucional, do Conselho da Justiça Federal, em conjunto com Comitê Técnico de Planejamento Estratégico da Justiça Federal, contemplando todas as etapas existentes no processo de revisão do painel estratégico, conforme metodologia.

Como ponto de partida deste processo, foi definido que a estratégia da Justiça Federal seria traduzida por meio de um único mapa estratégico, institucional, de acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard*. Desta forma, os órgãos que compõem a Justiça Federal contribuiriam para o alcance da estratégia por meio do desdobramento dos indicadores e metas, bem como pelas iniciativas estratégicas propostas, a partir do ano de 2012.

### 3.3. Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade

#### 3.3.1 Execução Física das ações realizadas.

Quadro 4 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ (A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	061	0569	4224	A	4	Pessoa assistida (unidade)	34.721	51.651	
02	061	0569	4257	A	4	Processo julgado (unidade)	407.000	367.995	
02	128	0569	4091	A	4	Servidor capacitado (unidade)	2.518	2.426	
02	301	0569	2004	A	4	Pessoa beneficiada (unidade)	8.800	8.351	
02	306	0569	2012	A	4	Servidor beneficiado (unidade)	3.478	3.300	
02	331	0569	2011	A	4	Servidor beneficiado (unidade)	354	365	
02	365	0569	2010	A	4	Criança atendida (unidade)	848	1.001	
02	122	0569	1136	P	4	Instalação modernizada (unidade)	16	3	13
02	122	0569	11YR	P	4	Edifício construído (% de execução física)	58,00	-	47,64
02	122	0569	12OZ	P	4	Não definida	-	-	-
02	122	0569	12YS	P	4	Não definida	-	-	-

02	122	0569	14LQ	P	4	Edifício adquirido (unidade)	1	-	1
02	122	0569	1B15	P	4	Anexo construído (% de execução física)	18	-	18
02	122	0569	3755	P	4	Vara federal instalada (unidade)	9	9	
02	122	0569	7Q70	P	4	Edifício construído (unidade)	1	0	0
02	122	0569	7Q71	P	4	Edifício reformado e ampliado (unidade)	1	1	
02	122	0569	10SH	P	4	Anexo construído (% de execução física)	30		
02	126	0569	3757	P	4	Sistema implantado (% de execução física)	1,329	0,124	1,151
02	122	0569	09HB	OP	4	Não definida	-	-	-
09	272	0089	0396	OP	4	Não definida	-	-	-
28	846	0901	0005	OP	4	Não definida	-	-	-
28	846	0901	00G5	OP	4	Não definida	-	-	-
28	846	0901	0625	OP	4	Não definida	-	-	-
02	061	1389	11E6	P	4	Não definida	-	-	-

Fonte: SIGPLAN

Nota 1: Execução física das ações realizadas pelas UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010, 090011 e 090031, referentes aos Programas 0089, 0569, 1389 e 0901.

Nota 2: As informações das metas, em relação às Atividades e as do Projeto 1136, referem-se às das UJs Consolidadora e das Consolidadas.

**Análise crítica:**

Em relação às Ações do tipo Atividade, as Ações 4224, 2011 e 2010, superaram as metas previstas. Enquanto as Ações 4257, 4091, 2004 e 2012, apresentaram a sua execução em percentuais de 90,42%, 96,35%, 94,90% e 94,88%, respectivamente. Contudo, a execução dessas ações abaixo da meta prevista não comprometeu o alcance dos objetivos propostos na lei orçamentária.

Saliente-se ainda que essas Ações do tipo Atividade indicam um índice percentual de realização de mais de 90% da meta prevista, demonstrando estar dentro de uma variação percentual aceitável de execução, ante as variáveis existentes nas estimativas dessas metas.

Quanto as Ações do tipo Projeto, as Ações 3755 e 7Q71, atingiram a meta prevista. Enquanto as Ações 1136, 11YR, 14LQ, 1B15 e 3757, ficaram com a sua execução total ou a maior parte de suas metas para serem realizadas em 2012.

As Ações 12OZ e 12YS, não apresentaram meta física no SIGPLAN, pois se referem a créditos especiais reabertos no exercício, destinados a reforma e ampliação de prédios da Justiça Federal de Primeiro Grau. Em relação a Ação 12YS, esta é decorrente de um Crédito Especial, autorizado em 2010 no último quadrimestre e, portanto, reaberto em 2011. O valor previsto de R\$ 3.000.000,00 foi totalmente inscrito em Restos a Pagar que corresponde a 100% da execução física da obra. No tocante a Ação 12OZ, a situação é a mesma: um crédito especial autorizado no último quadrimestre de 2010 e reaberto em 2011. Portanto, estas Ações orçamentárias não constam na LOA mas constam no SIGPLAN, entretanto, sem meta física associada, haja vista que as metas físicas constaram na Lei que autorizou a abertura dos Créditos Especiais em 2010.

As Ações 7Q70 e 10SH, não apresentaram execução, pois seus créditos orçamentários não foram utilizados. Na primeira Ação por seu saldo não ser suficiente para a contratação dos projetos executivos para a licitação da obra. Na segunda Ação, pelo valor do crédito ter sido oferecido como fonte de cancelamento para suplementação de outras dotações.

Já as Ações do tipo Operação Especial, não apresentaram meta definida. Especialmente as Ações dos Programas 0901 e 1389, que se referem a créditos orçamentários recebidos por movimentação externa vinculados a pagamento de Precatórios/RPVs e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (E-JUS), respectivamente.

### 3.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

#### 3.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 5 – Identificação das Unidades Orçamentárias (A.2.3)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	12106	90031

Fonte: SOF/TRF5

Nota: Este quadro não foi preenchido com as UJs Consolidadas, uma vez que essas UJs são Unidades Gestoras, mas não são Unidades Orçamentárias.

#### 3.4.2. Programação de Despesas Correntes

Quadro 6 – Programação de Despesas Correntes (A.2.4)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	132.167.875,00	128.922.970			26.756.395,00	25.775.729	
	PLOA	132.167.875,00	128.922.970			26.756.395,00	25.775.729	
	LOA	132.167.875,00	128.922.970			26.756.395,00	25.775.729	
CRÉDITOS	Suplementares	4.695.622,00	8.645.603			2.414.883,00	4.300.112	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados	-1.170.000,00				-131.650,00	-100.000		
Outras Operações								
Total		135.693.497,00	137.568.573	-	-	29.039.628,00	29.975.841	

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGA BRASIL DO SENADO FEDERAL (em relação aos dados da proposta e do PLOA)

Nota: Os quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6, foram preenchidos com os dados da UJ Consolidadora (UO 12106), computando-se os Programas 0089 e 0569. Os créditos orçamentários das UJs Consolidadas que são Unidades Gestoras, mas não são Unidades Orçamentárias, estão incluídos no quadro A.2.7.

### 3.4.3. Programação de Despesas de Capital

Quadro 7 – Programação de Despesas de Capital (A.2.5)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	2.437.560,00	2.015.000				
	PLOA	2.437.560,00	2.015.000				
	LOA	2.437.560,00	21.915.000				
CRÉDITOS	Suplementares		2.650.000,00	328.028			
	Especiais	Abertos				6.900.000	
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		-112.000,00	-13.900.000			
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>4.975.560,00</b>	<b>8.343.028</b>	<b>-</b>	<b>6.900.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGA BRASIL DO SENADO FEDERAL (em relação aos dados da proposta e do PLOA)

#### 3.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 8 – Quadro resumo da Programação de Despesas e da reserva de contingência (A.2.6)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	158.924.270,00	154.698.699	2.437.560,00	2.015.000		
	PLOA	158.924.270,00	154.698.699	2.437.560,00	2.015.000		
	LOA	158.924.270,00	154.698.699	2.437.560,00	21.915.000		
CRÉDITOS	Suplementares		7.110.505,00	12.945.715	2.650.000,00	328.028	
	Especiais	Abertos	-	-	-	6.900.000	
		Reabertos	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-1.301.650,00	-100.000,00	-112.000,00	-13.900.000	



<b>Outras Operações</b>		-		-		
<b>Total</b>	164.733.125,00	167.544.414	4.975.560,00	15.243.028	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIGA BRASIL DO SENADO FEDERAL (em relação aos dados da proposta e do PLOA)

### **Análise crítica dos quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6:**

Muito embora a dotação proposta pela UO tenha sido aprovada na LOA, essa dotação, em termos de outras despesas correntes e despesas de capital, tem demonstrado ser insuficiente para fazer face às crescentes demandas pela prestação de serviços pelos jurisdicionados. Especialmente nas despesas da área de Informática, onde o Tribunal desenvolve o Processo Judicial Eletrônico, cujo modelo foi adotado pelo CNJ para ser referência em todo o Brasil. Isso se deve as limitações orçamentárias estabelecidas pelos órgãos do sistema orçamentário.

O que tem suprido essa insuficiência de créditos orçamentários são os contratos firmados com as instituições financeiras (CJF/TRFs/BB/CEF e TRF5/CEF), os quais têm aplicados recursos financeiros voltados à melhoria da prestação jurisdicional das Unidades Jurisdicionadas, destinando-se esses recursos à obtenção de bens e serviços e à realização de obras dessas UJs.

No exercício de 2011, os recursos financeiros aplicados pelas instituições financeiras no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, totalizaram o valor de R\$ 1.248.184,00 e de R\$ 2.631.962,67, respectivamente, referentes ao contrato entre o CJF/TRFs/BB/CEF e TRF5/CEF.

### 3.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 9 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (A.2.7)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	90001	121010206105694257	385.730.369,00		
	Recebidos	90001	1210102122056909HB	68.301.875,00		
	Recebidos	90001	121010927200890396	82.758.212,00		
	Recebidos	90001	121010206105694224			10.423.028,00
	Recebidos	90001	121010206105694257			68.456.855,00
	Recebidos	90001	121010212205693755			593.000,00
	Recebidos	90001	121010212205697Q71			700.000,00
	Recebidos	90001	121010212605963757			1.690.588,00
	Recebidos	90001	121010212805694091			1.830.000,00
	Recebidos	90001	121010230105692004			7.020.000,00
	Recebidos	90001	121010230605962012			21.374.757,00
	Recebidos	90001	121010233105692011			463.410,00
	Recebidos	90001	121010236505692010			3.092.008,00
Movimentação Externa	Concedidos	50001	121010206105694257	7.950,89		
	Concedidos	50001	1210102122056909HB	221,64		
	Concedidos	50001	121060206105694257	406.736,99		
	Concedidos	50001	1210602122056909HB	14.056,08		
	Recebidos	153037	262312884609010005	3.875.370,00		

<b>Recebidos</b>	153037	2623128846090100G5	549.896,00		
<b>Recebidos</b>	153045	262332884609010005	2.259.584,00		
<b>Recebidos</b>	153045	2623328846090100G5	349.305,00		
<b>Recebidos</b>	153065	262402884609010005	2.814.902,00		
<b>Recebidos</b>	153065	2624028846090100G5	201.388,00		
<b>Recebidos</b>	153080	262422884609010005	3.414.268,00		
<b>Recebidos</b>	153080	2624228846090100G5	266.436,00		
<b>Recebidos</b>	153103	262432884609010005	1.826.985,00		
<b>Recebidos</b>	153103	2624328846090100G5	367.989,00		
<b>Recebidos</b>	158195	262522884609010005	79.146,00		
<b>Recebidos</b>	158195	2625228846090100G5	11.069,00		
<b>Recebidos</b>	154050	262812884609010005	2.413.526,00		
<b>Recebidos</b>	154050	2628128846090100G5	237.543,00		
<b>Recebidos</b>	158133	264052884609010005	241.549,00		
<b>Recebidos</b>	158133	2640528846090100G5	83.782,00		
<b>Recebidos</b>	158138	264172884609010005	660.142,00		
<b>Recebidos</b>	158138	2641728846090100G5	92.324,00		
<b>Recebidos</b>	158136	264182884609010005	12.399,00		
<b>Recebidos</b>	158136	2641828846090100G5	11.734,00		
<b>Recebidos</b>	158134	264232884609010005	338.950,00		
<b>Recebidos</b>	158134	2642328846090100G5	47.404,00		
<b>Recebidos</b>	158155	264352884609010005	205.107,00		
<b>Recebidos</b>	158155	2643528846090100G5	28.685,00		
<b>Recebidos</b>	194088	302022884609010005	2.807,00		
<b>Recebidos</b>	194088	3020228846090100G5	28.159,00		
<b>Recebidos</b>	510002	332012884609010005	15.485.059,00		

<b>Recebidos</b>	510002	3320128846090100G5	1.985.340,00		
<b>Recebidos</b>	255000	362112884609010005	2.383.162,00		
<b>Recebidos</b>	255000	3621128846090100G5	888.389,00		
<b>Recebidos</b>	393003	392522884609010005	97.889,00		
<b>Recebidos</b>	393003	3925228846090100G5	13.690,00		
<b>Recebidos</b>	403101	422042884609010005	26.894,00		
<b>Recebidos</b>	403101	4220428846090100G5	3.761,00		
<b>Recebidos</b>	193034	442012884609010005	2.493.972,00		
<b>Recebidos</b>	193034	4420128846090100G5	160.258,00		
<b>Recebidos</b>	114601	472052884609010005	59.846,00		
<b>Recebidos</b>	114601	4720528846090100G5	18.370,00		
<b>Recebidos</b>	373001	492012884609010005	2.116.598,00		
<b>Recebidos</b>	373001	4920128846090100G5	596.016,00		
<b>Recebidos</b>	113802	532042884609010005	10.373.802,00		
<b>Recebidos</b>	113802	5320428846090100G5	11.948.888,00		
<b>Recebidos</b>	201009	711032884609010005	248.479.541,00		
<b>Recebidos</b>	201009	7110328846090100G5	47.805.663,00		
<b>Recebidos</b>	201009	711032884609010625	204.988.225,00		
<b>Recebidos</b>	40003	171010212613891E6			4.060.139,00
<b>Recebidos</b>	173057	252012884609010005			214.262,00
<b>Recebidos</b>	158133	262402884609010005			238.470,00
<b>Recebidos</b>	153103	262432884609010005			63.097,00
<b>Recebidos</b>	510002	332012884609010005			3.460.090,00
<b>Recebidos</b>	510002	339042884609010005			146.809.324,00
<b>Recebidos</b>	510002	339042884609010625			498.949.386,00
<b>Recebidos</b>	255000	362112884609010005			49.332,00

	<b>Recebidos</b>	393003	392522884609010005			50.005,00
	<b>Recebidos</b>	373001	492012884609010005			1.179.035,00
	<b>Recebidos</b>	113802	532042884609010005			96.634,00
	<b>Recebidos</b>	330013	559012884609010005			10.827.286,00
	<b>Recebidos</b>	330013	559012884609010625			98.617.158,00
	<b>Recebidos</b>	201009	711032884609010005			99.145.427,00
	<b>Recebidos</b>	201009	711032884609010625			7.222.988,00
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
				<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Recebidos</b>	90001	121010206105694257	4.841.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212205691136	2.077.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	1210102122056911YR	2.163.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	1210102122056912OZ	5.001.562,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	1210102122056912YS	3.000.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212205691B15	1.258.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212205693755	2.216.520,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212205697Q70	100.000,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212605693757	6.504.599,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	121010212805694091	131.593,00		
	<b>Recebidos</b>	90001	1210102122056914LQ		551.000,00	
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Recebidos</b>	40003	1710102126138911E6	645.005,16		
	<b>Recebidos</b>	393003	392522884609010005		114.819,00	
	<b>Recebidos</b>	193034	442012884609010005		74.870,00	
	<b>Recebidos</b>	373001	492012884609010005		30.966.047,00	
	<b>Recebidos</b>	113802	532042884609010005		951.797,00	

	Recebidos	201009	711032884609010005		633.950,00	
	Recebidos	201009	711032884609010625		335.150,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### Análise Crítica:

O Conselho da Justiça Federal (CJF), por meio da Unidade Gestora (UG) 090001, que é responsável pela Unidade Orçamentária (UO) 12101, centraliza o crédito orçamentário de toda a Justiça Federal de Primeiro Grau. Para a Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, por meio da Unidade Gestora Orçamentária 090036, conforme critérios preestabelecidos, o CJF descentraliza, através de movimentação interna de créditos, o orçamento para as UGs que compõem a Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região.

O TRF da 5ª Região, através da UG Orçamentária 090036, distribuiu a movimentação interna de crédito recebida da UG 090001 para as UJs Consolidadas (UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010 e 090011), a fim de que essas Unidades prestassem os serviços jurisdicionais que lhes competem, uma vez que essas UGs não são Unidades Orçamentárias.

Muito embora a dotação proposta pelas Seções Judiciárias para o CJF tenha sido aprovada e movimentada para essa UJs, essa dotação, em termos de outras despesas correntes e despesas de capital, têm demonstrado ser insuficiente para fazer face às crescentes demandas pela prestação de serviços pelos jurisdicionados. Especialmente nas despesas da área de Informática, onde o Tribunal desenvolve o Processo Judicial Eletrônico, cujo modelo foi adotado pelo CNJ para ser referência em todo o Brasil. Isso se deve as limitações orçamentárias estabelecidas pelos órgãos do sistema orçamentário.

O que tem suprido essa insuficiência de créditos orçamentários são os contratos firmados com as instituições financeiras (CJF/TRFs/BB/CEF e TRF5/CEF), os quais têm aplicados recursos financeiros voltados à melhoria da prestação jurisdicional das Unidades Jurisdicionadas, destinando-se esses recursos à obtenção de bens e serviços e à realização de obras dessas UJs.

No exercício de 2011, os recursos financeiros aplicados pelas instituições financeiras nas Seções Judiciárias da 5ª Região, totalizaram o valor de R\$ 14.697.767,60 e de R\$ 2.357.191,62, respectivamente, referentes ao contrato entre o CJF/TRFs/BB/CEF e TRF5/CEF.

A movimentação externa de crédito recebida da UG 040003 - CNJ, destinou-se ao projeto de desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para todo o Judiciário, em face do Acordo de Cooperação entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e o Conselho Nacional da Justiça.

As demais movimentações externas de créditos recebidas de diversas Unidades Gestoras destinaram-se ao pagamento do Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

A movimentação externa de crédito concedida para a Unidade Gestora 050001 - STJ destinou-se ao pagamento de despesas de exercícios anteriores para os Ministros do STJ que foram Desembargadores deste Tribunal e que fizeram juz à época a esse crédito, em atendimento ao Ofício nº 2011014382-SG-CJF.

### 3.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

#### 3.4.4.1 Execução Orçamentária de Crédito Originários da UJ

##### a) Despesas por modalidade de Licitação

Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (A.2.8)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>10.850.418,32</b>	<b>10.317.888,93</b>	<b>10.829.569,98</b>	<b>10.285.276,49</b>
Convite	16.776,96		16.776,96	
Tomada de Preços	24.378,98	11.090,16	24.378,98	11.090,16
Concorrência				
Pregão	10.809.262,38	10.306.798,77	10.788.414,04	10.274.186,33
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>5.842.280,86</b>	<b>12.204.436,86</b>	<b>5.840.869,34</b>	<b>12.202.835,97</b>
Dispensa	4.640.564,08	9.900.692,37	4.639.788,40	9.899.385,32
Inexigibilidade	1.201.716,78	2.303.744,49	1.201.080,94	2.303.450,65
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>9.435,68</b>	<b>10.102,69</b>	<b>9.435,68</b>	<b>10.102,69</b>
Suprimento de Fundos	9.435,68	10.102,69	9.435,68	10.102,69
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>135.798.224,95</b>	<b>137.932.415,03</b>	<b>135.543.797,15</b>	<b>137.932.415,03</b>
Pagamento em Folha	135.149.318,20	137.246.475,62	134.894.890,40	137.246.475,62
Diárias	648.906,75	685.939,41	648.906,75	685.939,41
<b>Outros</b>	<b>9.143.346,35</b>	<b>9.341.301,27</b>	<b>9.143.307,74</b>	<b>9.341.301,27</b>
<b>Totais</b>	<b>161.643.706,16</b>	<b>169.806.144,78</b>	<b>161.366.979,89</b>	<b>169.771.931,45</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota 1: Os quadros A.2.8, A.2.9 e A.2.10, foram preenchidos com os dados da UJ Consolidadora (UO 12106), computando-se os Programas 0089 e 0569. A execução orçamentária das UJs Consolidadas que são Unidades Gestoras, mas não são Unidades Orçamentárias, encontra-se incluída nos quadros A.2.11, A.2.12 e A.2.13.

Nota 2: Os valores correspondentes a "Pagamento em Folha" referem-se aos valores do Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais.



**b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas**

Quadro 11 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.9)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		<b>135.199.987,20</b>	<b>137.246.475,62</b>	<b>135.149.318,20</b>	<b>137.246.475,62</b>	-	-	<b>134.894.890,40</b>	<b>137.246.475,62</b>
11 - VENC. E VANT. FIXAS		101.076.160,85	101.496.024,77	101.076.160,85	101.496.024,77			100.821.733,05	101.496.024,77
13 - OBRIGAÇÕES PATR		17.124.973,62	17.330.328,92	17.124.973,62	17.330.328,92			17.124.973,62	17.330.328,92
01 - APOSENTADORIAS		11.645.601,92	10.834.356,67	11.645.601,92	10.834.356,67			11.645.601,92	10.834.356,67
Demais elementos do grupo		5.353.250,81	7.585.765,26	5.302.581,81	7.585.765,26			5.302.581,81	7.585.765,26
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>		<b>28.767.706,00</b>	<b>29.767.258,63</b>	<b>25.001.946,49</b>	<b>25.044.340,52</b>	<b>3.765.759,51</b>	<b>4.722.918,11</b>	<b>24.979.727,91</b>	<b>25.010.237,83</b>
39 - OUT. SERV. TERC - PJ		13.313.633,37	13.523.091,73	10.438.098,24	10.203.793,29	2.875.535,13		10.422.771,63	3.319.298,44
46 - AUX. ALIMENTAÇÃO		4.986.447,75	4.869.086,62	4.975.977,81	4.869.057,99	10.469,94	28,63	4.975.977,81	4.869.057,99
37 - LOC. MÃO-DE-OBRA		3.648.538,84	4.047.386,59	3.315.563,70	3.102.373,84	332.975,14	945.012,75	3.308.671,73	3.096.615,09
Demais elementos do grupo		6.819.086,04	7.327.693,69	6.272.306,74	6.869.115,40	546.779,30	3.777.876,73	6.272.306,74	13.725.266,31
<b>Totais</b>		<b>163.967.693,20</b>	<b>167.013.734,25</b>	<b>160.151.264,69</b>	<b>162.290.816,14</b>	<b>3.765.759,51</b>	<b>4.722.918,11</b>	<b>159.874.618,31</b>	<b>162.256.713,45</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Quadro 12 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.10)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>		<b>4.702.459,47</b>	<b>8.341.021,04</b>	<b>1.492.441,47</b>	<b>615.328,64</b>	<b>3.210.018,00</b>	<b>7.725.692,40</b>	<b>1.492.361,58</b>	<b>615.218,00</b>
52 - EQUIP. E MAT. PERM.		3.290.142,98	995.456,33	620.574,26	382.930,42	2.669.568,72	612.525,91	620.494,37	382.930,42
39 - OUT. SERV. TERC - PJ		1.106.697,98		800.000,00		306.697,98		800.000,00	
51 - OBRAS E INSTAL.		305.618,51	7.345.564,71	71.867,21	232.398,22	233.751,30	7.113.166,49	71.867,21	232.287,58
<b>5 – Inversões Financeiras</b>		<b>-</b>	<b>6.900.000,00</b>	<b>-</b>	<b>6.900.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.900.000,00</b>
61 - AQUIS. DE IMÓVEIS			6.900.000,00		6.900.000,00				6.900.000,00
<b>6 – Amortização da Dívida</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Totais</b>		<b>4.702.459,47</b>	<b>15.241.021,04</b>	<b>1.492.441,47</b>	<b>7.515.328,64</b>	<b>3.210.018,00</b>	<b>7.725.692,40</b>	<b>1.492.361,58</b>	<b>7.515.218,00</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Análise Crítica dos quadros A.2.8, A.2.9 e A.2.10:**

Fazendo-se uma análise comparativa das despesas liquidadas de 2011 em relação a 2010, verifica-se que o exercício de 2011 apresentou uma redução no total das despesas liquidadas de aproximadamente 4,81%. Já as despesas com fundamento em Contratações Diretas apresentaram uma redução de aproximadamente 50%. Destaque-se também que houve uma diminuição no valor das despesas com Pagamento em Folha e Diárias em 1,53% e 5,40%, respectivamente.

Vê-se ainda que as despesas liquidadas com Pagamento de Pessoal representam 84,01% do total dos gastos liquidados em 2011.

A execução orçamentária da despesa por Grupo e Elemento de despesa de 2011 em relação a 2010, considerando-se os valores das despesas empenhadas, reafirma que prevalecem as despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (80,16%), em relação aos demais Grupos, ou seja, 3 - Outras Despesas Correntes (17,06%) e 4 – Investimentos (2,79%). Sendo que os valores das despesas empenhadas nesses grupos em 2011 foram inferiores aos valores de 2010.

Nas despesas empenhadas no Grupo 3 apresentam-se com valores significativos as despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Locação de Mão-de-Obra, necessárias para a manutenção e o funcionamento do órgão, além do benefício dos servidores referente ao Auxílio-Alimentação.

Nas despesas empenhadas no Grupo 4 vale destacar os valores destinados a Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídicos, que se destinam principalmente ao desenvolvimento do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Por fim, demonstra-se uma redução do total dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados de 2011 em relação a 2010.

### 3.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### a) Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 13 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação pelas UJs Consolidadora e Consolidadas(A.2.11)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>45.064.270,18</b>	<b>40.396.581,03</b>	<b>44.958.163,35</b>	<b>40.367.124,66</b>
Convite	139.730,18	609.667,17	139.730,18	609.667,17
Tomada de Preços	474.729,56	521.395,82	474.729,56	521.395,82
Concorrência	3.616.127,60	3.996.658,09	3.616.127,60	3.996.658,09
Pregão	40.833.682,84	35.268.859,95	40.727.576,01	35.239.403,58
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>12.057.346,77</b>	<b>8.738.715,52</b>	<b>12.053.420,59</b>	<b>8.736.483,04</b>
Dispensa	7.284.515,13	5.025.604,07	7.282.778,95	5.023.667,17
Inexigibilidade	4.772.831,64	3.713.111,45	4.770.641,64	3.712.815,87
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>48.510,87</b>	<b>32.097,02</b>	<b>48.510,87</b>	<b>32.097,02</b>
Suprimento de Fundos	48.510,87	32.097,02	48.510,87	32.097,02
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>537.036.487,99</b>	<b>507.065.489,10</b>	<b>537.025.280,14</b>	<b>507.050.067,14</b>
Pagamento em Folha	536.124.273,03	505.952.868,10	536.113.065,18	505.937.446,14
Diárias	912.214,96	1.112.621,00	912.214,96	1.112.621,00
<b>Outras</b>	<b>50.433.353,00</b>	<b>46.071.002,99</b>	<b>50.415.261,70</b>	<b>46.035.806,49</b>
<b>Totais</b>	<b>644.639.968,81</b>	<b>602.303.885,66</b>	<b>644.500.636,65</b>	<b>602.221.578,35</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota 1: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pelas UJs (UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010, 090011 e 090031), exceto as do Programa 0901 -Cumprimento de Sentenças Judiciais.

Nota 2: Os valores correspondentes a "Pagamento em Folha" referem-se aos valores do Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais.

Quadro 14 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação pela UJ – Programa 0901(A.2.11)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	-	-	-	-
Convite				
Tomada de Preços				

Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>	-	-	-	-
Dispensa				
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>	-	-	-	-
Pagamento em Folha				
Diárias				
<b>Outras</b>	<b>1.406.427.203,15</b>	<b>1.536.861.421,72</b>	<b>1.406.388.361,89</b>	<b>1.536.861.421,72</b>
<b>Totais</b>	<b>1.406.427.203,15</b>	<b>1.536.861.421,72</b>	<b>1.406.388.361,89</b>	<b>1.536.861.421,72</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pela UJ, referente ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais

**b) Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Quadro 15 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A 2.12)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		<b>36.189.776,99</b>	<b>506.068.522,38</b>	<b>536.124.273,03</b>	<b>505.952.868,10</b>	<b>65.503,96</b>	<b>115.654,28</b>	<b>536.113.065,18</b>	<b>505.937.446,14</b>
11 - VENC. E VANT. FIXAS		377.625.339,89	352.732.211,24	377.625.339,89	352.672.640,24		59.571,00	377.619.841,21	352.667.948,71
13 - OBRIGAÇÕES PATR		69.485.308,17	65.111.143,86	69.485.308,17	65.101.038,54		10.105,32	69.485.308,17	65.099.540,22
01 - APOSENTADORIAS		64.188.142,11	60.710.774,47	64.188.142,11	60.710.774,47			64.188.142,11	60.710.774,47
Demais elementos do grupo		24.890.986,82	27.514.392,81	24.825.482,86	27.468.414,85	65.503,96	45.977,96	24.819.773,69	27.459.182,74
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>		<b>118.532.462,00</b>	<b>104.335.236,69</b>	<b>104.925.630,48</b>	<b>89.957.987,42</b>	<b>13.606.831,52</b>	<b>14.377.249,27</b>	<b>104.854.422,03</b>	<b>89.892.078,07</b>
39 - OUT. SERV. TERC - PJ		46.111.361,80	37.999.375,72	36.407.358,29	27.319.202,08	9.704.003,51	10.680.173,64	36.384.955,20	27.290.560,00
46 - AUX. ALIMENTAÇÃO		21.329.326,44	18.205.190,96	21.329.326,44	18.204.360,51		830,45	21.329.326,44	18.204.360,51
37 - LOC. MÃO-DE-OBRA		16.274.673,16	14.751.030,96	13.325.235,22	12.112.268,77	2.949.437,94	2.638.762,19	13.325.235,22	12.112.268,77
Demais elementos do grupo		34.817.100,60	33.379.639,05	33.863.710,53	32.322.156,06	953.390,07	1.057.482,99	33.814.905,17	32.284.888,79
<b>Totais</b>		<b>654.722.238,99</b>	<b>610.403.759,07</b>	<b>641.049.903,51</b>	<b>595.910.855,52</b>	<b>13.672.335,48</b>	<b>14.492.903,55</b>	<b>640.967.487,21</b>	<b>595.829.524,21</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pelas UJs (UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010, 090011 e 090031), exceto as do Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

Quadro 16 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - Programa 0901 (A 2.12)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		<b>520.398.138,14</b>	<b>647.572.015,27</b>	<b>513.502.767,87</b>	<b>626.379.135,56</b>	<b>6.895.370,27</b>	<b>21.192.879,71</b>	<b>513.463.926,61</b>	<b>626.379.135,56</b>
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS		520.398.138,14	647.572.015,27	513.502.767,87	626.379.135,56	6.895.370,27	21.192.879,71	513.463.926,61	626.379.135,56
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>		<b>866.592.648,92</b>	<b>900.907.334,55</b>	<b>860.057.081,77</b>	<b>882.727.804,51</b>	<b>6.535.567,15</b>	<b>18.179.530,04</b>	<b>860.057.081,77</b>	<b>882.727.804,51</b>
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS		866.592.648,92	900.907.334,55	860.057.081,77	882.727.804,51	6.535.567,15	18.179.530,04	860.057.081,77	882.727.804,51
Demais elementos do grupo									
<b>Totais</b>		<b>1.386.990.787,06</b>	<b>1.548.479.349,82</b>	<b>1.373.559.849,64</b>	<b>1.509.106.940,07</b>	<b>13.430.937,42</b>	<b>39.372.409,75</b>	<b>1.373.521.008,38</b>	<b>1.509.106.940,07</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pela UJ, referente ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

**c) Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Quadro 17 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A.2.13)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>27.198.692,29</b>	<b>21.849.300,54</b>	<b>3.590.065,30</b>	<b>6.393.030,14</b>	<b>23.608.626,99</b>	<b>15.456.270,40</b>	<b>3.533.149,44</b>	<b>6.392.054,14</b>
51 - OBRAS E INSTAL.	15.016.771,06	12.701.634,50	879.984,11	4.287.490,46	14.136.786,95	8.414.144,04	879.984,11	4.287.490,46
52 - EQUIP. E MAT. PERM.	8.866.130,19	9.142.451,99	1.228.969,64	2.100.325,63	7.637.160,55	7.042.126,36	1.225.806,23	2.099.349,63
39 - OUT. SERV. TERC - PJ	3.315.791,04		1.481.111,55		1.834.679,49		1.427.359,10	
Demais elementos do grupo		5.214,05		5.214,05				5.214,05
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>551.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>551.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
61 - AQUIS. DE IMÓVEIS	551.000,00	10.000.000,00			551.000,00	10.000.000,00		
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Totais</b>	<b>27.749.692,29</b>	<b>31.849.300,54</b>	<b>3.590.065,30</b>	<b>6.393.030,14</b>	<b>24.159.626,99</b>	<b>25.456.270,40</b>	<b>3.533.149,44</b>	<b>6.392.054,14</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota 1: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pelas UJs (UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010, 090011 e 090031), exceto as do Programa 0901 -Cumprimento de Sentenças Judiciais.



**Análise crítica dos quadros A.2.11, A.2.12 e A.2.13 - EXCETO O PROGRAMA 0901:**

Fazendo-se uma análise comparativa das despesas liquidadas de 2011 em relação a 2010, verifica-se que o exercício de 2011 apresentou um acréscimo no total das despesas liquidadas de aproximadamente 7%. Já as despesas com fundamento em Contratações Diretas apresentaram uma redução de aproximadamente 24,61%. Destaque-se também que houve uma diminuição no valor das despesas com Diárias em 18,01%.

As despesas liquidadas com pagamento em folha tiveram um acréscimo de 5,95%, que pode ser justificado pelo aumento do número de servidores e juízes principalmente em função das instalações das varas federais.

Vê-se ainda que as despesas liquidadas com Pagamento de Pessoal representam 83,31% do total dos gastos liquidados em 2011.

A execução orçamentária da despesa por Grupo e Elemento de despesa de 2011 em relação a 2010, considerando-se os valores das despesas empenhadas, reafirma que prevalecem as despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (78,57%), em relação aos demais Grupos, ou seja, 3 - Outras Despesas Correntes (17,37%), 4 – Investimentos (3,99%) e 5 – Inversões Financeiras (0,08%). Sendo que os valores das despesas empenhadas nesses grupos em 2011 foram superiores aos valores de 2010, o que pode ser entendido em função das instalações das varas federais.

Nas despesas empenhadas no Grupo 3 apresentam-se com valores significativos as despesas de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Locação de Mão-de-obra, necessárias para a manutenção e o funcionamento do órgão, além do benefício dos servidores referente ao Auxílio-Alimentação.

Nas despesas empenhadas no Grupo 4 vale destacar os valores destinados a Obras e Instalações, decorrentes de construção, reforma e ampliação dos imóveis federais da Justiça Federal de Primeiro Grau, além do aparelhamento desses imóveis e dos Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica, que se destinam principalmente ao desenvolvimento do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau.

Por fim, demonstra-se uma redução do total dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados de 2011 em relação a 2010.

Quadro 18 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Programa 0901 (A.2.13)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>33.021.244,43</b>	<b>27.859.829,73</b>	<b>32.867.353,51</b>	<b>27.754.481,65</b>	<b>153.890,92</b>	<b>105.348,08</b>	<b>32.867.353,51</b>	<b>27.754.481,65</b>
91 - SENTENÇAS JUDIC.	33.021.244,43	27.859.829,73	32.867.353,51	27.754.481,65	153.890,92	105.348,08	32.867.353,51	27.754.481,65
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>33.021.244,43</b>	<b>27.859.829,73</b>	<b>32.867.353,51</b>	<b>27.754.481,65</b>	<b>153.890,92</b>	<b>105.348,08</b>	<b>32.867.353,51</b>	<b>27.754.481,65</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nota: Quadro com a execução orçamentária da movimentação recebida pelas Unidades Jurisdicionadas, referente ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais

**Análise crítica dos quadros A.2.11, A.2.12 e A.2.13 - PROGRAMA 0901:**

A execução orçamentária dos créditos recebidos por movimentação pelas UJs, em relação ao Programa 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais possibilitaram o pagamento de Precatório e RPVs, além da Contribuição decorrente desses pagamentos.

### 3.4.5. Indicadores Institucionais

Relacionam-se abaixo os indicadores utilizados para monitorar o desempenho da 5ª Região no exercício de 2011:

#### a) Carga de Trabalho de Magistrados - K

Utiliza-se o indicador “carga de trabalho” para verificar, em média, durante um ano, o número de processos por magistrado. O indicador é composto pela soma dos casos novos, dos casos pendentes, dos recursos internos ingressados, dos recursos internos pendentes, dos incidentes em execução e dos incidentes em execução pendentes divididos pelo total de magistrados em atividade, conforme a fórmula a seguir:

$$K = \frac{Cn + Cp + RIntInc + RIntIncP}{Mag}$$

Onde:

K: Carga de Trabalho de Magistrados

Cn: Casos novos distribuídos no ano

Cp: Casos Pendentes de baixa até o final do ano anterior

RIntInc: Recursos Internos interpostos e Incidentes de Execução

RIntIncP: Recursos Internos que não foram decididos até o final do ano anterior e os Incidentes de Execução que não foram baixados até o final do ano anterior.

Mag: Quantidade de Magistrados em atividade na Justiça Federal da 5ª Região

Quadro 19 – K – Carga de Trabalho de Magistrados

Ano	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho de Magistrados
2009	389.159	606.847	37.602	14.234	161	<b>6.508</b>
2010	388.476	646.320	37.748	14.129	168	<b>6.468</b>
2011	459.659	650.668	41.310	17.603	164	<b>7.130</b>

Fonte: Justiça em Números 2009 a 2011 e Subsecretaria de Pessoal TRF5

Ao comparar os dois últimos anos, percebe-se um aumento de 10% na carga de trabalho de magistrados na Justiça Federal da 5ª Região. O volume de casos novos distribuídos na JF5 no ano de 2011 aumentou aproximadamente 18% em relação ao ano de 2010, enquanto ocorreu uma discreta diminuição de magistrados em atividade no final do exercício de 2010.

## b) Processos Julgados por Distribuídos

Este indicador reflete a relação entre o volume de processos julgados e a demanda processual, ou seja, o quantitativo de processos distribuídos na Justiça Federal da 5ª Região, conforme fórmula a seguir:

$$TJulg Dist = \frac{Julg}{Dist} \times 100$$

Onde:

TJulg Dist: Processos Julgados por Distribuídos

Julg: Total de Processos Julgados no ano

Dist: Total de Processos Distribuídos no ano

Mag: Quantidade de Magistrados em atividade na Justiça Federal da 5ª Região

Quadro 20 – TJulg Dist – Processos Julgados por Distribuídos

Ano	Julg - Total de Processos Julgados	Dist - Total de Processos Distribuídos	TJulg Dist - Processos Julgados por Distribuídos (%)
2009	365.718	361.420	<b>101</b>
2010	341.735	340.169	<b>100</b>
2011	367.995	392.507	<b>94</b>

Fonte: CJF (2009-2010), Corregedoria Regional e Secretaria Judiciária TRF5 (2011)

Ao comparar os dois últimos anos, percebe-se uma diminuição de 6% na relação entre os processos julgados e a demanda processual (processos distribuídos) na Justiça Federal da 5ª Região. O volume de processos julgados na JF5 no ano de 2011 aumentou aproximadamente 8% em relação ao ano de 2010, enquanto que ocorreu um aumento de 15% na demanda processual, no mesmo período. Acrescente-se que o total de magistrados em atividade no mesmo período experimentou uma discreta diminuição.

## c) Taxa de execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado

$$N = \frac{DJF}{DD} \times 100$$

Onde:

**DJF** = Despesa executada total da Região<sup>4</sup>

**DD** = Valor total da dotação orçamentária autorizada menos o valor total da dotação indisponibilizada

Quadro 21 - Taxa de Execução do Orçamento

DJF	801.578.996,26
DD	849.987.061,00
<b>Taxa de Execução</b>	<b>94,30%</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### d) Composição da Despesa Total da Região por Grupo de Despesa

$$D_1 = \frac{DGD_n}{DJF} \times 100$$

Onde:

**DGD<sub>n</sub>** = Despesa executada total do grupo de despesa sob análise

**DJF** = Despesa executada total da Região

Quadro 22 - Despesa Total por Grupo de Despesa

<b>DESPESA EXECUTADA TOTAL (DJF)</b>	<b>801.578.996,26</b>	
<b>Grupo de Despesas</b>	<b>DGD (R\$)</b>	<b>D<sub>1</sub></b>
Pessoal e encargos sociais	671.273.591,23	83,74%
Custeio	125.867.437,97	15,70%
Investimentos	4.437.697,06	0,55%
Inversões Financeiras	0,00	0,00%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### e) Despesa da Região por habitante:

$$D_h = \frac{DJF}{h}$$

<sup>4</sup> Em consonância com o SIGPLAN, foram considerados os valores das despesas liquidadas mais os valores dos destaques concedidos, relativos aos Programas 0089 e 0569.

$$Taxa = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

**D<sub>h</sub>**: Despesa da Região por habitante.

**DJF**: Despesa executada total da Região

**h** = quantitativo de habitantes da Região, conforme estimativa divulgada pelo IBGE

Quadro 23 - Taxa Despesa Real por Habitante

DJF	801.578.996,26
h	29.618.236
<b>D<sub>h</sub></b>	<b>27,06</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL e estimativa de população de 2011 - IBGE.

#### f) Composição da despesa total licitável da Região por modalidade de licitação

$$D_1 = \frac{DML_n}{DJF_{LIC}} \times 100$$

Onde:

**DML<sub>n</sub>** = Despesa executada total da Região na modalidade de licitação sob análise

**DJF<sub>LIC</sub>** = Despesa licitável executada total da Região

Quadro 24 - Despesa Licitável Executada(liquidada) por Modalidade de Licitação

<b>DESPESA LICITÁVEL LIQUIDADADA</b>	<b>69.167.583,97</b>	
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Despesa (DML)</b>	<b>Taxa</b>
Convite	156.507,14	0,23%
Concorrência	3.616.127,60	5,23%
Tomada de Preço	499.108,54	0,72%
Pregão	46.938.266,51	67,86%
Dispensa	11.925.079,21	17,24%
Inexigibilidade	5.974.548,42	8,64%
Suprimento de Fundos	57.946,55	0,08%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**g) Despesas com Assistência Judiciária Gratuita<sup>5</sup>**

Quadro 25 - Custeio Assistência Jurídica Gratuita

Custeio	2009	2010	2011
AJPC	5.737.712,35	9.686.637,39	10.323.437,70

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**h) Despesa da Região sobre a despesa total da Justiça Federal**

$$G_1 = \frac{DJF}{DP_{JF}} \times 100$$

Onde,

**DJF** = Despesa executada total da Região

**DP<sub>JF</sub>** = Valor total da despesa executada pela Justiça Federal

Quadro 26 - Despesa da Região sobre Despesa Justiça

DJF	801.578.996,26
DP <sub>JF</sub>	6.610.962.590,32
<b>Taxa</b>	<b>12,12%</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL e SCI/ CJF

**4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

**4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Quadro 27 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores –(A.4.1)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	116.520,64	24.388,45	90.577,77	1.554,42

<sup>5</sup> Consideradas as despesas liquidadas.



2009	381.745,03	55.608,19	326.136,84	-
2008	3.030.666,60	709.931,12	2.316.562,42	4.173,06
2007	215.455,14	82.415,87	133.039,27	-
2006	98.843,10	20.440,24	78.402,86	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2010	91.875.542,29	613.755,76	82.111.583,01	9.150.203,52
2009	84.946.945,03	19.653.491,36	65.281.946,47	11.507,20
2008	31.139.164,22	2.773.193,88	28.365.970,34	-
2007	101.566.869,05	6.169.912,06	95.376.622,60	20.334,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Observações: Em relação aos pagamentos, no exercício de 2011, de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos até 2007. No primeiro caso, foi pago o valor de R\$ 88,60, referente a obrigações liquidadas anteriormente. No segundo caso, foi pago o valor de R\$ 6.208,97.

Nota: Informações das UJs (UGs 090006, 090007, 090008, 090009, 090010, 090011 e 090031).

### **Análise Crítica:**

Ressalte-se que, durante o exercício financeiro de 2011, em todas as UJs o pagamento de Restos a Pagar Não Processados correspondeu apenas ao valor de R\$ 6.208,97 (na SJ/PB). Inclusive, os saldos existentes em 31/12/2011, desses Restos a Pagar Não Processados, referentes aos exercícios anteriores a 2010, são R\$ 20.334,39 (2007) na SJ/PB e R\$ 11.507,20 (2009) na SJ/RN. Tendo estas UGs justificado a permanência de seus saldos, por atenderem as condições contidas nos Decretos nºs 7.418/2010 e 7.468/2011.

Frise-se que a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados tem observado a disponibilidade de caixa, seguindo sempre a orientação do órgão setorial orçamentário e financeiro (CJF).

Vale salientar que não se evidenciou qualquer prejuízo na gestão financeira do exercício de 2011, decorrente do pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

## 5. Informações sobre Recursos Humanos

### 5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho

Quadro 28 - Composição da força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011 (A 5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>3.718</b>	<b>274</b>	<b>130</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	164	2	6
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>0</b>	<b>3.554</b>	<b>272</b>	<b>124</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2.878	183	68
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	77	19	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	599	70	53
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>3.718</b>	<b>274</b>	<b>130</b>

Fonte: SP/TRF5

#### 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva

Quadro 29 – Situações que reduzem a força de trabalho – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.2)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>86</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	17
1.2. Exercício de Função de Confiança	65
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>130</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	61

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	7
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	61
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>3</b>
4.1. Doença em pessoa da família	3
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>10</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	8
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações</b>	<b>10</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>241</b>

Fonte: SP/TRF5

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas

Quadro 30 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.3)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>122</b>	<b>82</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	208	208	61	41
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	124	35	25
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	50	14	8
1.2.4. Sem vínculo	0	32	12	8
1.2.5. Aposentados	0	2	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>2.550</b>	<b>2.403</b>	<b>140</b>	<b>73</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1.891	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	0	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	512	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>2.758</b>	<b>2.611</b>	<b>262</b>	<b>155</b>

Fonte: SP/TRF5

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal segundo a idade

Quadro 31 - Quantidade de servidores por faixa etária – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.4)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>412</b>	<b>1.074</b>	<b>1.128</b>	<b>417</b>	<b>64</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	10	85	37	19	13
1.2. Servidores de Carreira	402	989	1.091	398	51
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	<b>332</b>	<b>878</b>	<b>983</b>	<b>369</b>	<b>54</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	89	76	19	8
2.3. Funções gratificadas	320	789	907	350	46
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>744</b>	<b>1.952</b>	<b>2.111</b>	<b>786</b>	<b>118</b>

Fonte: SP/TRF5

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal segundo a escolaridade

Quadro 32 - Quantidade de servidores por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.5)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>429</b>	<b>1.896</b>	<b>506</b>	<b>47</b>	<b>9</b>	<b>120</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	123	23	12	6	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	15	429	1.773	483	35	3	120
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>22</b>	<b>426</b>	<b>1.523</b>	<b>396</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>223</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	16	130	41	11	0	18
2.3. Funções gratificadas	0	0	7	22	410	1.393	355	19	2	205
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>37</b>	<b>855</b>	<b>3.419</b>	<b>902</b>	<b>77</b>	<b>11</b>	<b>343</b>

**LEGENDA**

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SP/TRF5

## 5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 33 - Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.6)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>243</b>	<b>18</b>
1.1 Voluntária	182	16
1.2 Compulsória	2	-
1.3 Invalidez Permanente	58	2
1.4 Outras	1	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>103</b>	<b>2</b>
2.1 Voluntária	96	-
2.2 Compulsória	2	1
2.3 Invalidez Permanente	5	1
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>346</b>	<b>20</b>

Fonte: Sistema SP/TRF5

### 5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas

Quadro 34 – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011 (A.5.7)

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>77</b>	<b>2</b>
1.1. Integral	71	2
1.2. Proporcional	6	-
<b>2. Em Atividade</b>	<b>56</b>	<b>2</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>133</b>	<b>4</b>

Fonte: SP/TRF5

### 5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 35 – Composição do quadro de estagiários (A.5.8)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>757</b>	<b>724</b>	<b>837</b>	<b>887</b>	<b>5.763.414</b>
1.1 Área Fim	574	555	647	678	4.611.016
1.2 Área Meio	183	169	190	209	1.152.398
<b>2. Nível Médio</b>	<b>177</b>	<b>182</b>	<b>188</b>	<b>189</b>	<b>1.367.765</b>
2.1 Área Fim	137	141	145	146	1.065.068
2.2 Área Meio	40	41	43	43	302.697
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>934</b>	<b>906</b>	<b>1.025</b>	<b>1.076</b>	<b>7.131.179</b>

Fonte: SP/TRF5 e Seções Judiciárias da 5ª Região

### 5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 36 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (A.5.9)

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	42.598.550,47	301.759,27	3.564.634,10	3.019.724,79	2.272.773,08	978.351,36	181.965,20	1.451.237,96	37.592,21	54.406.588,44
	2010	42.205.828,78	388.826,06	3.577.892,52	3.008.025,80	700.110,83	1.036.044,66	366.237,49	5.591.082,51	7.185,00	56.881.233,65
	2009	38.674.900,70	384.611,70	3.361.040,99	2.832.838,79	511.204,56	856.016,04	409.370,05	7.071.242,98	11.695,00	54.112.920,81
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	90.193.205,15	1.728.575,12	8.052.000,35	7.724.494,00	11.187.825,97	1.464.309,38	462.926,63	8.513,87	421.267,16	121.243.117,63
	2010	87.080.577,84	1.543.889,24	7.759.451,13	7.697.934,38	10.298.819,17	1.705.191,39	404.934,57	202.796,04	24.097,87	116.717.691,63
	2009	83.724.008,70	1.398.718,55	7.445.924,05	7.349.901,26	9.455.397,73	1.131.147,48	496.590,20	511.066,58	46.556,86	111.559.311,41
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											

Exercícios	2011	18.279.894,20	154.953,36	1.626.928,95	1.684.543,30	1.087.650,86	105.476,03	27.423,18	2.603,34	4.579,68	44.580.913,97
	2010	17.128.460,50	124.503,89	1.519.562,37	1.627.426,89	919.461,45	190.571,42	24.718,28	67.576,59	4.579,68	41.462.324,05
	2009	15.872.612,79	177.471,53	1.405.884,37	1.456.612,90	737.446,44	55.331,98	59.365,97	86.157,32	4.579,68	19.855.462,98
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	41.047.063,17	14.991.537,98	4.869.981,66	4.009.270,61	4.583.349,89	504.278,01	159.814,28	15.266,64	77.269,03	70.257.831,27
	2010	38.780.646,23	13.779.070,10	4.569.024,97	3.917.977,47	3.909.405,12	703.976,48	134.860,40	90.116,37	0,00	65.885.077,14
	2009	38.334.416,45	13.113.572,05	4.449.352,96	3.867.328,79	3.479.066,94	219.944,76	340.353,80	153.727,77	11.548,23	63.969.311,75
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	130.318.450,95	31.839.407,43	14.138.275,56	13.479.222,31	12.166.766,48	2.197.011,75	412.061,35	27.916,12	880.350,49	205.459.462,44
	2010	126.276.223,74	30.548.065,68	13.694.415,76	13.428.838,94	11.556.424,57	2.753.206,90	487.894,13	607.171,30	80.574,80	199.432.815,82
	2009	125.360.359,59	29.347.885,55	13.489.237,25	12.731.420,13	10.472.824,50	1.614.064,69	587.502,44	1.236.755,17	109.242,91	194.949.292,23

Fonte: SP/TRF5 e Seções Judiciárias da 5ª Região



### 5.5. Terceirização de mão de obra empregada

#### 5.5.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Quadro 37 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva TRF5 (A.5.12)

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Federal da 5ª Região													
UG/Gestão: 090031							CNPJ: 24.130.072/0001-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	025/2011	09.863.853/0001-21	11/2/2011	11/3/2016	104	104					A
2011	V	O	042/2011	04.008.185/0002-12	21/9/2011	21/9/2012	68	61					A
Observações: Não há registro.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de 1º Grau - AL													
UG/Gestão: 090010							CNPJ: 05.419.211/0001-87						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	028	09.198.704/0001-95	1/10/2009	30/9/2013	29	29	1	1			P
2011	L	O	005	02.070.836/0001-98	1/2/2011	31/1/2013	7	7	1	1			P
2011	V	O	026	12.498.861/0001-20	17/7/2011	16/7/2012	56	56					A
<b>Observações:</b> Não há registro.													
<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome:</b> Justiça Federal de 1º Grau - CE													
<b>UG/Gestão:</b> 090006							<b>CNPJ:</b> 05.424.487/0001-53						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	Ordinário	6	02.590.700/0001-09	2008	2013	54	54	3	3	x	x	P
2010	V	Ordinária	68	86.960.598/0001-86	2011	2013	108	108	x	x	x	x	A
<b>Observações:</b> Não há registro.													
<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome:</b> Justiça Federal de 1º Grau - PB													
<b>UG/Gestão:</b> 090008/00001							<b>CNPJ:</b> 05.433.643/0001-42						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	15/2011	10.746.436/0001-00	22/11/2011	21/5/2014		7		9			A
2010	V	O	05/2010	10.566.345/0001-60	28/5/2010	28/11/12		10		12			A

2008	L	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013		18		19			P
2008	L	O	09/2008	07.395.989/0001-29	1/2/2011	1/8/2013		2		3			P
2008	L	O	08/2008	07.395.989/0001-29	1/1/2008	31/1/2011		2		1			E
2006	L	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	21/11/2011		9					E

**Observações:**

- 1- Nos contratos existentes não havia previsão de especificação do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados.  
2- Alguns terceirizados possuem nível de escolaridade fundamental incompleto.

**Unidade Contratante**

Nome: Justiça Federal de 1º Grau - PE

UG/Gestão: 090009/00001

CNPJ: 05.441.804/0001-40

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	27/2010	11.841.434/0001-30	3/11/2011	2/11/2012	64	63	2	2	-	-	A
2010	V	O	19/2010	07.957.111/0004-82	11/8/2011	10/8/2012	131	83	-	-	-	-	A

Observações: Não há registro.

**Unidade Contratante**

Nome: Justiça Federal de 1º Grau - RN

UG/Gestão: 090007

CNPJ: 05.441.836/0001-45

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	Nº 33/2009 – JF/RN	02.477.341/0001-88	01.07.2009	31.07.2012	29	29					A

2011	V	O	Nº 29/2011 – JF/RN	10.748.912/0001-08	16.03.2011	15.03.2014			19	19			A
2011	L	O	Nº 33/2011-JF/RN	02.477.341/0001-88	18.03.2011	17.03.2013	6	6					A

**Observações:** Não há registro.

**Unidade Contratante**

**Nome:** Justiça Federal de 1º Grau - SE

**UG/Gestão:** 090011

**CNPJ:** 05.426.567/0001-48

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	CONTRATO Nº 047/2009	00.326.994/0001-30	1º/07/2009	31/10/2012	45	34						P
2011	V	O	CONTRATO Nº 037/2011	02.081.574/0001-67	23/7/2011	22/7/2012	13+04	17						A

**Observações:** Para o Contrato nº 047/2009 não foi exigido nível mínimo de escolaridade. Em relação ao Contrato nº 037/2011, os números constantes do tópico "Nível de Escolaridade" correspondem à quantidade de postos de vigilância contratados, onde 13 foram provistos no contrato originário e 04 foram acrescidos mediante termo aditivo.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Fonte:** SAE, SIAP e STI/TRF5, SJ/AL, SJ/CE, SJ/PB, SJ/PE, SJ/RN E SJ/SE

**5.5.2 Informações sobre locação de mão de obra par atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão**

Quadro 38 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (A 5.13)

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO													
UG/Gestão: 090031							CNPJ: 24.130.072/0001-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	045/2011	08.960.767/0001-74	22/9/2011	22/9/2012			4	4			A
2011	13	*	*	*	2011	2011			94	94			A
2011	1	O	039/2011	09.171.533/0001-00	5/8/2011	5/8/2016	21	21					A
2010	1	O	005/2010	07.125.942/0001-45	1/2/2010	1/2/2013	9	9					P
2009	5	O	34/2009	41.587.502/0002-29	14/7/2009	14/7/2012				13			P
2011	5	O	36/2011	02.877.566/0001-21	22/7/2011	22/7/2012						8	A
2012	5	O	11/2012	37.979.531/0001-88	13/1/2012	13/1/2013						3	A
2011	5	O	39/2011	09.171.533/0001-00	5/8/2011	5/8/2016				2			A
2010	5	O	74/2010	78.583.721/0001-69	31/12/2010	31/12/2012						11	P
2010	5	O	39/2010	15.123+946/0001-12	20/7/2010	20/7/2012						18	P
2009	5	O	01/2009	01.645.738/0001-79	5/1/2009	5/1/2013						13	P

2009	5	O	35/2009	01.171.587/0001-64	27/7/2009	27/7/2012						3	P
<p><b>Observações:</b> Com referência às informações contidas na segunda linha, não há contrato, vez que trata-se de programa social, inclusive que atende à meta do Conselho Nacional de Justiça e encontra lastro na Resolução de nº 38, de 31 de dezembro de 2008, do Conselho de Justiça Federal. No Contrato 34/2009 - Não foi exigido na época o nível de escolaridade superior, mas sim uma Certificação Técnica (ITILV3) que todos possuem, atualmente 12 terceiros já possuem o nível superior ou estão com o curso em andamento e apenas um possui o nível médio. Todos os contratos gerenciados pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação são contratos de serviços, com ANS (Acodro de Níveis de Serviço) bem definidos. Não há alocação direta de mão de obra. Sendo assim, esse quadro representa um retrato dos profissionais que estão nesse momento atendendo aos serviços contratados.</p>													
<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Justiça Federal de 1º Grau - AL</b>													
<b>UG/Gestão: 090010</b>							<b>CNPJ: 05.419.211/0001-87</b>						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	6-7-14	O	007	02.633.573/0001-88	2/3/2009	1/3/2012	17	18	14	16			P
2010	10-11	O	028	00.976.914/0001-92	1/10/2010	30/9/2012	2	2	2	2	1	1	P
2010	11	O	020	01.724.109/0001-34	9/8/2010	8/8/2012	3	3	3		1	1	P
2011	11	E	031	40.911.117/0001-41	6/10/2011	3/1/2012	5	5					A
2011	5	E	036	03.392.122/0001-69	21/11/2011	18/2/2012			7	7			A
2011	1-6-7	O	025	40.911.117/0001-41	6/7/2011	5/7/2012	2	2	2	2			A
2011	6-7-14	O	006	40.911.117/0001-41	1/2/2011	31/1/2013	2	2	7	2			P
<b>Observações:</b> Não há registro.													
<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Justiça Federal de 1º Grau - CE</b>													
<b>UG/Gestão: 090006</b>							<b>CNPJ: 05.424.487/0001-53</b>						
<b>Informações sobre os contratos</b>													

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	6	Ordinário	6	02.590.700/0001-09	2008	2013	16	16	x	x	x	x	P
2008	7	Ordinário	6	02.590.700/0001-09	2008	2013	x	x	7	7	x	x	P
2008	13	Ordinário	6	02.590.700/0001-09	2008	2013	x	x	15	15	x	x	P
2008	14	Ordinário	6	02.590.700/0001-09	2008	2013	25	25	x	x	x	x	P
2007	11	Ordinário	33	05.353.545/0001-03	2008	2013	18	18	10	10	1	1	P
2010	11	Ordinária	3	13.491.709-0001/89	2010	2015	3	3	12	12	2	2	P
2010	5	Ordinária	46/2010	41587502/0001-48	5/11/2010	4/12/2011	*	*	*	37	*	4	E
2011	5	Ordinária	58/2011	41587502/0001-48	6/12/2011	5/12/2012	*	*	47	36	16	7	A

**Observações:**

Contratos 6: Captar Serviços Técnicos Ltda.

Contrato 33: Normatel Engenharia Ltda.

Contrato 3: Mac Engenharia e Instalações Ltda.

O Objeto do Contrato 46/2010 tem por escopo a contratação de serviços especializados em Tecnologia da informação, englobando o processo de atendimento aos usuários e gestão de serviços de TI, segundo as recomendações do ITIL, contemplando serviços de Service Desk (1º nível), Serviços de atendimento de 2º nível presencial, Serviços de Coordenação do Atendimento de 2o Nível (Observar maximo de 15 técnicos por coordenador), Serviços de Resolução de Incidentes em 3o Nível (Banco de Horas), Serviços de Gestão de Problemas em 3o Nível (Banco de Horas, Serviços de Coordenação do Suporte e Operação da Infra-estrutura, Serviços de Gestão do Ambiente de rede LAN/WAN, Serviços de Gestão do Ambiente Serviços e Servidores Linux/Unix e Segurança, Serviços de Gestão do Ambiente Banco de Dados ORACLE, Serviços Mensais de Melhoria Contínua dos processos conforme ITIL.

2. Em dezembro de 2011 iniciou-se um novo Contrato de nº 58/2011 com a mesma empresa, esta vencedora do Pregão Eletrônico nº 11/2011, para o atendimento dos mesmos serviços.

**Unidade Contratante**

Nome: Justiça Federal de 1º Grau - PB

UG/Gestão: 090008/00001

CNPJ: 05.433.643/0001-42

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	6	O	15/2011	10.746.436/0001-00	22/11/2011	21/5/2014		3					A
2011	1	O	15/2011	10.746.436/0001-00	22/11/2011	21/5/2014		2		5			A
2011	14	O	15/2011	10.746.436/0001-00	22/11/2011	21/5/2014		2		4			A
2010	10	O	08/2010	03.313.938/0001-50	2/8/2010	2/2/2013		1		1			A
2010	3	O	05/2010	10.566.345/0001-60	28/5/2010	28/11/12		10		12			A
2008	1	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013		8		9			P
2008	6	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013		6		2			P
2008	7	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013		1					P
2008	9	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013				2			P
2008	14	O	23/2008	07.395.989/0001-29	28/9/2009	28/1/2013		3		6			P
2008	1	O	09/2008	07.395.989/0001-29	1/2/2011	1/8/2013		1		2			P
2008	6	O	09/2008	07.395.989/0001-29	1/2/2011	1/8/2013				1			P
2008	14	O	09/2008	07.395.989/0001-29	1/2/2011	1/8/2013		1					P
2008	1	O	08/2008	07.395.989/0001-29	1/1/2008	31/1/2011		2					E
2008	6	O	08/2008	07.395.989/0001-29	1/1/2008	31/1/2011				1			E
2006	6	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	21/11/2011		3					E
2006	11	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	21/11/2011		3					E
2006	10	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	21/11/2011		1					E
2006	14	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	21/11/2011		2					E

**Observações:**  
1- Nos contratos existentes não havia previsão de especificação do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados.  
2- Alguns terceirizados possuem nível de escolaridade fundamental incompleto.

**Unidade Contratante**



Nome: Justiça Federal de 1º Grau - PE													
UG/Gestão: 090009/00001							CNPJ: 05.441.804/0001-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	08/2010	41.080.755/0001-20	29/4/2010	4/8/2011	14	14	-	-	1	1	E
2011	11	O	21/2011	00.392.213/0001-06	5/8/2011	4/8/2012	15	13	1	1	1	1	A
2006	11	O	28/2006	01.097.967/0001-04	3/7/2010	13/9/2011	6	6	-	-	-	-	E
2011	11	O	25/2011	01.097.967/0001-04	14/9/2011	13/9/2012	6	6	-	-	-	-	A
2011	14	E	31/2011	11.841.434/0001-30	1/12/2011	29/2/2012	-	-	76	76	-	-	A
2011	6	E	31/2011	11.841.434/0001-30	1/12/2011	29/2/2012	-	-	13	13	-	-	A
2010	14	O	24/2010	10.746.436/0001-88	3/11/2010	30/11/2011	-	-	76	57	-	-	E
2010	6	O	24/2010	10.746.436/0001-88	3/11/2010	30/11/2011	-	-	13	11	-	-	E
2009	5	O	17/2009	07.063.839/0001-18	1/6/2009	31/5/2012	-	-	12	15	3	3	P
2011	5	O	16/2011	07.063.839/0001-18	1/6/2011	31/5/2012	-	-	4	4			A
2007	5	O	001/2007	07.050.316/0001-37	10/1/2007	29/2/2012	-	-	1	1	2	2	P
2009	5	O	27/2009	07.050.316/0001-37	31/12/2009	30/12/2012	-	-	6	6	1	1	P
<b>Observações:</b> Não há registro.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de 1º Grau - RN													
UG/Gestão: 090007							CNPJ: 05.441.836/0001-45						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					F	M	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	14	O	75/2008 – JF/RN	24.477.341/0001-88	02.01.2009	01.01.2013			2	2			P
2008	7	O	75/2008 – JF/RN	24.477.341/0001-88	02.01.2009	01.01.2013			10	10			P
2008	6	O	75/2008 – JF/RN	24.477.341/0001-88	02.01.2009	01.01.2013			5	5			P
2008	14	O	75/2008 – JF/RN	24.477.341/0001-88	02.01.2009	01.01.2013			6	6			P
2008	14	O	75/2008 – JF/RN	24.477.341/0001-88	02.01.2009	01.01.2013			3	3			P
2009	11	O	44/2009 – JF/RN	07.310.925/0001-88	16.11.2009	15.11.2012			3	3			A
2009	11	O	44/2009 – JF/RN	07.310.925/0001-88	16.11.2009	15.11.2012	2	2					A
2009	5	O	39/2009 – JF/RN	10.513.220/0001-72	3/9/2009	2/9/2013			2	2			P
2011	6	O	32/2011 – JF/RN	07.783.832/0001-70	23.03.2011	22.03.2013			2	2			A
2011	9	O	32/2011 – JF/RN	07.783.832/0001-70	23.03.2011	22.03.2013			4	4			A
2011	7	O	32/2011 – JF/RN	07.783.832/0001-70	23.03.2011	22.03.2013			4	4			A

**Observações:** Não há registro.

**Unidade Contratante**

**Nome:** Justiça Federal de Sergipe

**UG/Gestão:** 090011

**CNPJ:** 05.426.567/0001-48

**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	Contrato nº 18/2008	07.442.969/0001-61	7/4/2008	6/4/2013			2	2			P
2009	7	O	Contrato nº 19/2009	78.533.312/0001-58	2/3/2009	1º/03/2012			34	30			P
2009	9	O	Contrato nº 36/2009	00.326.994/0001-30	29/8/2009	28/8/2012			8	8			P
2010	11	O	Contrato nº 23/2010	04.289.154/0001-04	4/4/2010	27/4/2012	1	1					P

2010	14	O	Contrato nº 40/2010	04.289.154/0001-04	11/10/2010	7/2/2012			3	3			P
2011	11	E	Contrato nº 42/2011	00.326.994/0001-30	5/9/2011	2/3/2012	5	5					A
2011	6	E	Contrato nº 54/2011	05.025.180/0001-80	29/11/2011	26/5/2012	8	8					A

**Observações:** Para os contratos números 23/2010, 42 e 54/2011 não foi exigido nível mínimo de escolaridade. Em relação ao contrato nº 18/2008, o termo de referência não tratou de nível de escolaridade, apenas exigiu que os profissionais possuíssem certificação Linux e Oracle OCP.

**LEGENDA**

**Área:**

- |                           |   |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia;                                 |
| 2. Segurança;             | 9. Telecomunicações;                            |
| 3. Vigilância;            | 10. Manutenção de bens móveis                   |
| 4. Transportes;           | 11. Manutenção de bens imóveis                  |
| 5. Informática;           | 12. Brigadistas                                 |
| 6. Copeiragem;            | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção;              | 14. Outras                                      |

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIAP e STI/TRF5, SJ/AL, SJ/CE, SJ/PB, SJ/PE, SJ/RN E SJ/SE

### 5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos na Justiça Federal da 5ª Região concentrou seus esforços na área de treinamento e desenvolvimento. Essa iniciativa deriva da priorização face ao contexto de inovação vivenciado com a implantação de novas metodologias de gestão.

Como consequência, os indicadores utilizados traduzem os resultados obtidos com as ações de T&D.

Dito isso, faz-se o registro dos indicadores utilizados para monitorar a área de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no exercício de 2011:

#### a) Taxa de participação de servidores em ação de treinamento - $T_t$

Este indicador espelha o percentual de servidores que participaram das ações de treinamento, conforme fórmula a seguir:

$$T_t = \frac{S_t}{T_s} \times 100$$

Onde:

$T_t$ : Taxa de participação de Servidores em ação de treinamento

$S_t$ : Quantitativo de Servidores treinados

$T_s$ : Total de Servidores.

Quadro 39 -  $T_t$  - Taxa de participação de Servidores em ação de treinamento.

Ano	$S_t$ - Total de Servidores treinados	$T_s$ - Total de Servidores	$T_t$ - Taxa de participação de servidores em ação de treinamento (%)
2010	480	761	63
2011	474	758	63

Fonte: SP/TRF5

Comparando os anos de 2010 e 2011, verificamos que não houve alteração na taxa de participação de servidores em ação de treinamento.

**b) Investimento por Servidor treinado -  $I_t$**

Este indicador espelha o valor investido por servidor que participou das ações de capacitação, conforme fórmula a seguir:

$$I_t = \frac{V_t}{S_t}$$

Onde:

$I_t$ : Investimento por Servidor treinado

$V_t$ : Valores investidos em treinamento

$S_t$ : Quantitativo de Servidores treinados.

Quadro 40 -  $I_t$  – Investimento por Servidor treinado.

Ano	$V_t$ – Valores investidos em treinamento (R\$)	$S_t$ - Quantitativo de Servidores treinados	$I_t$ – Investimento por Servidor treinado (R\$)
2010	230.596,00	480	480,00
2011	182.318,00	474	385,00

Fonte: SP/TRF5

Comparando-se os anos de 2010 e 2011, verificamos que ocorreu uma diminuição de cerca de 21% nos valores investidos em treinamento, tendo sido praticamente mantido o mesmo quantitativo de Servidores treinados. Em relação ao investimento por Servidor treinado, observa-se uma diminuição de cerca de 20%.

Em 2011, o TRF5, através do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Subsecretaria de Pessoal, otimizou economicamente a capacitação do seu quadro de servidores, através da realização de diversas parcerias institucionais, a exemplo da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, proporcionando a capacitação dos seus Servidores a um investimento menor que o utilizado no exercício de 2010.

## 6. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG e SICONV

Quadro 41 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV (A.7.1).

GESTOR	CPF	CARGO	UJ
Zênia de Paiva Costa	652.451.564-15	Técnico Judiciário	TRF5
Maria Kátia Teixeira Vieira de Melo	387.245.104-91	Técnico Judiciário	TRF5
Helena Maria da Silva	411.645.634-91	Técnico Judiciário	SJAL
Jerônimo Filho de Abreu	223.787.823-49	Técnico Judiciário	SJCE
Arnaldo Gonçalves Viana Júnior	395.001.604-04	Técnico Judiciário	SJPB
Ivaldo Severino da Silva	353.191.864-87	Técnico Judiciário	SJPE
Iria de Fatima Bezerra Pinho	081.641.933-72	Técnico Judiciário	SJRN
Ana Paula Leão Lima	661.353.705-53	Assistente-Técnico III da Seção de Licitação e Contratos	SJSE
DECLARAÇÃO			
Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.			

## 7. Cumprimento da obrigação de entregar a DBR

### 7.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 42 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (A.8.1)

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	3	164
	Entregaram a DBR	0	3	164
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	342	166	2246
	Entregaram a DBR	342	166	2224
	Não cumpriram a obrigação	0	0	22

Fonte: SP/TRF5, JFAL, JFCE, JFPB, JFPE, JFRN e JFSE.

## 7.2 Análise Crítica

### ▪ PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA UJ EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS QUE NÃO CUMPRIRAM A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR:

**TRF5:** Todos os servidores entregaram. Em relação aos magistrados, não foram adotadas providências pela UJ, pois não houve casos.

**SJAL:** 22 (vinte e dois) servidores deixaram de entregar a respectiva DBR ou a autorização para acesso às informações da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda entregue à RFB.

**RESUMO DOS FATOS:** (Segundo o Servidor Alberto Amâncio da Silva, Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas da Justiça Federal em Alagoas) Tão logo foi editada a IN 65/2011-TCU o SINDJUS/AL propôs Ação Ordinária em que obteve medida liminar que garantiu a não exigibilidade da exigência por parte dos servidores filiados ao respectivo sindicato. Contudo, a referida ação foi julgada extinta sem resolução de mérito, tendo a referida liminar perdido sua eficácia, remanescendo a pendência em relação aos 22 servidores mencionados.

A direção do Núcleo de Gestão de Pessoas desta Seccional providenciou a abertura de PA no sentido de que fossem os aludidos faltosos notificados a regularizarem a situação, seja assinando a autorização instituída pela IN 67/2011-TCU, seja para apresentar as cópias de suas Declarações de Bens e Renda. O referido PA encontra-se em análise pela Direção de Secretaria da SJAL.

**SJCE:** No exercício de 2011 não foram adotadas providências pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR, pois não houve casos.

**SJPB:** Todos os servidores cumpriram com a obrigação de entregar a DBR

**SJPE:** Quando alguém deixa de entregar a DBR, é solicitada a suspensão do pagamento, no ano de 2011 todos os Magistrados e Servidores cumpriram com tal obrigação.

**SJRN:** Todos os servidores, sem exceção, cumpriram com a obrigação de entregar a DBR.

**SJSE:** Todos os servidores entregaram as Declarações de Bens e Rendias, junto a Seção de Legislação de Pessoal, acaso algum servidor deixe de apresentar serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.730/93.

▪ IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE INTERNA (DEPARTAMENTO, GERÊNCIA, ETC.)  
INCUMBIDA DE GERENCIAR A RECEPÇÃO DAS DBR:

**TRF5:** Seção de Cadastro e Registro Funcional da Subsecretaria de Pessoal. Em relação aos magistrados, o Núcleo de Gestão de Pessoas e a Seção de Controle Interno são as unidades responsáveis na UJ pelo gerenciamento da recepção das DBR.

**SJAL:** Núcleo de Gestão de Pessoas/ Setor de Cadastro.

**SJCE:** O Núcleo de Gestão de Pessoas e a Seção de Controle Interno são as unidades responsáveis na UJ pelo gerenciamento da recepção das DBR.

**SJPB:** A unidade responsável pelo gerenciamento da recepção das DBRs é a Seção de Legislação e Normas.

**SJPE:** Atualmente a Seção de Cadastro, Provimento e Vacância gerencia a recepção das DBR.

**SJRN:** Núcleo de Gestão de Pessoas, através do Setor de Cadastro, Provimento e Vacância.

**SJSE:** Seção de Legislação de Pessoal, junto ao Núcleo de Gestão de Pessoas

▪ EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO PARA ESSE GERENCIAMENTO:

**TRF5:** Não há.



**SJAL:** Não existe.

**SJCE:** Não há sistema informatizado na UJ para esse gerenciamento.

**SJPB:** Há um sistema informatizado por matrícula onde é registrado o ano base, data da entrega e nº do recibo emitido pela Receita Federal.

**SJPE:** O sistema é o SARH.

**SJRN:** Não.

**SJSE:** Não.

▪ **FORMA DE RECEPÇÃO DAS DBR: SE EM PAPEL OU SE HÁ SISTEMÁTICA DE AUTORIZAÇÃO ELETRÔNICA DA AUTORIDADE OU SERVIDOR PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E COMO ESSE ACESSO SE DÁ:**

**TRF5:** Em papel. Em relação aos magistrados, a forma de recepção das DBR na UJ se faz através de formulário impresso e os mesmos entregam autorização impressa para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, não havendo até o momento caso de acesso à base na RF

**SJAL:** Recepção por e-mail cadastrado especificamente para esse fim (webmail da JFAL); os arquivos enviados em extensão PDF, tanto da declaração quanto do recibo de envio à RFB; com a vigência da IN 65-TCU e da IN 67-TCU, as declarações (autorizações) foram entregues em suporte físico e mantidas em pasta própria em poder do NGP.

**SJCE:** A forma de recepção das DBR na UJ se faz através de formulário impresso e os mesmos entregam autorização impressa para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, não havendo até o momento caso de acesso à base na RF.

**SJPB:** Em papel.

**SJPE:** Até 2011 a DBR foi entregue (toda declaração) em papel.

**SJRN:** A recepção realizou-se de duas maneiras, a princípio, com a entrega da Declaração de Imposto de Renda completa, porém, com a edição da Instrução Normativa nº 65, de 20 de abril de 2011, atualizada pela IN nº 66 e 67, de 06 de julho de 2011, do Tribunal

de Contas da União, o recebimento deu-se por meio do Formulário Padrão de Autorização de Acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal, impresso e assinado pelo servidor.

**SJSE:** Preenchimento de formulário próprio, nos termos da Instrução Normativa do TCU nº 67/2011 e anteriores, sendo fornecido ao declarante recibo em segunda via. Atualmente a entrega das declarações ocorre de forma manual,

▪ **REALIZAÇÃO OU NÃO DE ALGUM TIPO DE ANÁLISE, PELA A UJ, DAS DBR COM O INTUITO DO IDENTIFICAR EVENTUAIS INCOMPATIBILIDADES DE PATRIMÔNIO COM A REMUNERAÇÃO RECEBIDA:**

**TRF5:** As Declarações de Bens e Rendimentos dos Servidores que exercem cargo em comissão são enviadas para Subsecretaria de Controle Interno para análise. Em relação aos magistrados, a UJ não realiza algum tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

**SJAL:** Não realizado.

**SJCE:** A UJ não realiza algum tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

**SJPE:** Não é realizado nenhum tipo de análise pela Unidade Jurisdicionada

**SJRN:** A Seção Judiciária não realiza nenhum tipo de análise com o escopo de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio, procedendo apenas o arquivamento das referidas DBR's.

▪ **FORMA DE GUARDA DAS DBR DIANTE DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SIGILO FISCAL DAS INFORMAÇÕES:**

**TRF5:** As DBR são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores. Em relação aos magistrados, as DBR são arquivadas nas pastas funcionais da UJ diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

**SJAL:** Até 2008, a guarda das DBR era feito em suporte físico. A partir de 2009, passou-se a guardar em arquivo digital (PDF), em pasta própria com acesso restrito ao NGP e Setor de Cadastro. Ao término do exercício, é encaminhado cópia das DBRs à Seção de Controle Interno. O sigilo fiscal das informações é preservado.

**SJCE:** As DBR são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores da UJ diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

**SJPB:** Arquivo na pasta funcional de cada servidor.

**SJPE:** As DBR são guardadas nos assentamentos funcionais de cada servidor.

**SJRN:** Com relação à guarda dos documentos, esta é feita em pasta própria e arquivada no Arquivo Administrativo desta Seccional, podendo ser desarquivada apenas pelos servidores do Setor de Cadastro, Provimento e Vacância, somente com a solicitação do servidor e/ou autorização superior.

**SJSE:** Armazenadas em arquivos próprios, somente tendo acesso a eles, os servidores autorizados.

## 8. Sistema de Controle Interno

### 8.1. Estrutura de Controle Internos da UJ

Quadro 43 – Estrutura de Controles Internos da UJ (A 9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	

<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: O formulário foi respondido pela Diretora da Secretaria Administrativa.					

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  
 (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  
 (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  
 (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  
 (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SA/ TRF5

## 9. Compras Sustentáveis

### 9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 44 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Há no estoque do almoxarifado do TRF5 vários itens adquiridos tendo como exigência o atendimento às normas ISO 9000.</i></li> </ul> </li> </ul>				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Visando reduzir desperdício de água, tão comum nas torneiras de acionamento manual (tradicional), vem se substituindo, de forma gradativa, este modelo por padrão de fechamento automático, sob pressão. Também se instalou sensores de presença nas escadas de incêndio. A otimização da gestão dos recursos é também adotada quando da aquisição de novos equipamentos, como é o caso das telas de LCD (Liquid Crystal Display), as quais substituíram os monitores</i></li> </ul> </li> </ul>				X	

<p><i>CRT (Catodic Ray Tube). Os monitores de cristal líquido diminuem em até 70% o consumo de energia elétrica, se comparados aos antigos aparelhos CRT. O TRF5 também passou a fazer uso de notebooks, desktops e servidores que atendem às diretrizes do Energy Star, padrão para fabricação de equipamento com economia de energia, desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos Apesar dessas iniciativas, não se tem, ainda, série histórica comparativa com exercícios anteriores, uma vez que novas unidades judiciais foram implantadas, não sendo possível estabelecer relação direta de consumo do mesmo período.</i></p>					
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>A Justiça Federal da 5ª Região adquire papel reciclado utilizando-o em todas as atividades e unidades organizacionais.</i></li> </ul> </li> </ul>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Os veículos adquiridos em 2011 tiveram como critérios de eficiência uma menor emissão de gases poluentes e exigência do uso de 02 tipos de combustível. Tais exigências foram incluídas nos Termos de Referência utilizados na Licitação.</i></li> </ul> </li> </ul>					X
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>No periódico do TRF5, são publicadas diversas matérias conscientizando os servidores sobre a importância de reduzir o consumo de água e energia elétrica..</i></li> </ul>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Foi realizada a Semana do Meio Ambiente, ocasião em que foram apresentados trabalhos artísticos a partir de materiais recicláveis. Foi, também, realizado mutirão para limpeza do Rio Capibaribe, adjacente ao terreno onde é localizado o TRF5. No periódico do TRF5, são publicadas diversas matérias conscientizando os servidores sobre o uso responsável dos recursos naturais. Disponibilizam-se, também, coletores para pilhas, óleo de cozinha, medicamentos vencidos, evitando que o desfazimento desse material cause prejuízo</i></li> </ul>					X

<i>ao meio ambiente.</i>					
Considerações Gerais: O formulário foi respondido pela Diretora da Secretaria Administrativa.					
<b>LEGENDA</b>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SA/TRF5

## 10. Gestão Patrimônio Imobiliário

### 10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 45 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (A 11.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>Tribunal Regional Federal da 5ª Região</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
	PE / Recife	6	5
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - AL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	AL / Maceió	1	1
	AL / Arapiraca	1	1
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - CE</b>	<b>10</b>	<b>8</b>
	CE / Fortaleza	4	4
	CE / Juazeiro do Norte	2	2
	CE / Sobral	1	1
	CE / Crateús	1	-
	CE / Limoeiro do Norte	1	1
	CE / Itapipoca	1	-
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - PB</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
	PB / João Pessoa	2	2
	PB / Campina Grande	1	1
	PB / Sousa	1	1
	PB / Monteiro	1	-
PB / Guarabira	1	-	

<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - PE</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
PE / Recife	4	4
PE / Petrolina	1	2
PE / Caruaru	1	1
PE / Salgueiro	1	1
PE / Arcoverde	1	-
PE / Serra Talhada	1	1
PE / Garanhuns	1	1
<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - RN</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
RN / Natal	1	1
RN / Mossoró	1	1
RN / Caicó	1	1
<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - SE</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
SE / Aracaju	3	3
SE / Itabaiana	1	1
SE / Estância	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>42</b>	<b>37</b>
<b>Subtotal Exterior</b>	-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>42</b>	<b>37</b>

Fonte: TRF5 e Seções Judiciárias vinculadas

Quadro 46 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (A 11.2)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - AL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
	AL / União dos Palmares	1	1
	AL / Santana do Ipanema	1	-
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - CE</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
	CE / Fortaleza	1	1
	CE / Crateús	-	1
	CE / Iguatu	1	1
	CE / Limoeiro do Norte	1	1
	CE / Quixadá	1	1
	CE / Tauá	1	1
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - PB</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
	PB / João Pessoa	3	3
	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - PE</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
	PE / Ouricuri	1	1
	PE / Palmares	1	1
	PE / Goiana	1	1
	PE / Jaboatão	1	-



	<b>Justiça Federal de Primeiro Grau - RN</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	RN / Açu	1	1
	RN / Pau dos Ferros	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>16</b>	<b>15</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>16</b>	<b>15</b>

Fonte: TRF5 e Seções Judiciárias vinculadas

Quadro 47 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ (A.11.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090031	2531 00657.500-8	13	2	17.766.555,44	11/1/2005	-		
090031	2531 00603.500-3	13	2	1.015.980,00	11/1/2005	-		
090031	2531 00616.500-4	13	2	1.700.839,91	11/1/2005	-		
090031	Edifício Anexo II	13	2	-	-	-		
090031	Edifício Anexo III	13	2	-	-	-		
090031	2531 0112509-01	12	2	11.900.000,00	14/8/2009	-		
<b>Total 090031</b>								
<p><b>Análise Crítica:</b> Está sendo confeccionada portaria da Presidência desta Corte Federal, constituindo grupo de trabalho com o objetivo de analisar e propor medidas para regularização e avaliação de todos os imóveis do TRF5.</p>								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
90010	Maceió	12	3	480.823,75	21/1/2011	75.784.000,00		<b>600.000,00</b>
90010	2705.00025.500-5	21	2	450.000,00	21/1/2011	1.670.000,00		<b>400.000,00</b>
<b>Total 090010</b>							-	<b>1.000.000,00</b>
<p><b>Análise Crítica:</b> Haja vista a dificuldade em obter-se a documentação referente ao registro do imóvel onde encontra-se instalada a sede da Justiça Federal de Alagoas, situado na Av. Menino Marcelo, S/N - Serraria, Maceió-AL, existe em trâmite na SPU/AL um processo para regularização do aludido imóvel.</p>								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações

90006	1389.00461.500-6	13	3	3.110.043,00	20/8/2001	-	-	-
90006	Estacionamento- Não há	12	-	-	-	-	-	72.000,00
90006	Ed. Sebastião Reis (Anexo II) - Não há	13	3	-	-	-	-	-
90006	1389.00594.500-0 [1]	13	3	2.187.182,00	30/10/2007	-	-	-
90006	1389.00596.500-0 [2]	13	3	1.622.341,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00598.500-1 [3]	13	3	1.608.095,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00600.500-0 [4]	13	3	1.576.147,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00602.500-1 [5]	13	3	1.644.945,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00604.500-2 [6]	13	3	1.644.044,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00606.500-3 [7]	13	3	1.644.044,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00608.500-4 [8]	13	3	1.644.045,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00610.500-5 [9]	13	3	1.644.045,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00612.500-6 [10]	13	3	1.644.045,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00614.500-7 [11]	13	3	1.644.045,00	31/10/2007	-	-	-
90006	1389.00616.500-8 [12]	13	3	1.644.045,00	31/10/2007	-	-	-
90006	Sede da Subseção de Juazeiro do Norte - Não há	13	3	395.000,00	2005	-	-	110.525,84
90006	1559.00396.500-4	13	3	1.500.000,00	2005	-	-	172.418,47

90006	Sede da Subseção de Crateús - Não há	21	2	-	-	-	1.639.955,00	6.631,68
90006	Terreno Juazeiro do Norte - Não há	12	-	-	-	-	-	-
90006	Terreno Limoeiro do Norte - Não há	12	-	-	-	-	-	-
90006	Terreno Itapipoca - Não há	12	-	-	-	-	-	-
<b>Total 090006</b>							<b>1.639.955,00</b>	<b>361.575,99</b>

**Análise Crítica:**

**FORTALEZA:**

Edifício Raul Barbosa: O prédio, do 4º ao 15º andar, foi adquirido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em fevereiro de 2007. No final de 2011, a SJCE adquiriu daquele banco o restante do edifício (do subsolo ao 3º andar). Do 4º ao 15º pavimento está com o RIP regular (nºs 1 a 12). Do subsolo ao 3º andar, já foi solicitado a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará a emissão do RIP.

Ed. Sebastião Reis (Anexo II): A desapropriação do terreno encontra-se subjudice e o imóvel está pendente de solicitação do RIP.

Estacionamento Pedro I (Anexo III): Resultado de desapropriações de vários imóveis particulares, conforme Decreto de 19 de Dezembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 de dezembro de 2001, página 6. O imóvel está pendente de solicitação do RIP.

**JUAZEIRO DO NORTE:**

Sede da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte: Adquirida a um particular em 2005 e pendente de solicitação do RIP.

Terreno doado pela prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, pendente de solicitação do RIP.

**SOBRAL**

Prédio da Subseção Judiciária de Sobral: Construído no exercício de 2006 em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Sobral.

**CRATEÚS:**

Prédio da Subseção Judiciária de Crateús: Imóvel da União sob a gestão do Exército, alugado a PMC, a qual cedeu para fins de uso a JFCE, através do termo de cessão de uso nº 002/2012. Escritura nº 5919 de 17 de Fevereiro de 1956. O imóvel terá que ser transferido do Exército para a JFCE, objetivando a solicitação, junto a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, da emissão do RIP.

**LIMOEIRO DO NORTE:**

Terreno doado pela Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte e pendente de solicitação do RIP.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesa com Manutenção no exercício
----	-----	--------	-----------------------	-----------------	-------------------------------------

				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
90008	Edifício-sede da SJPB	18	3	-	-	-	158.759,88	1.520.628,30
90008	2051.00208.500-9 - Terreno anexo à SJPB	13	3	300.000,00	12/7/2011	1.198.080,00	-	-
90008	1981.00061.500-4 - Edifício-sede da Subseção Judiciária de Campina Grande	12	3	46.788,72	19/8/2011	862.200,00	39.387,69	29.418,79
90008	Subseção Judiciária de Sousa	11	2	-	-	-	11.949,00	-
90008	Futura sede da Subseção Judiciária de Monteiro	5	7	-	-	-	237.306,76	-
90008	Subseção Judiciária de Guarabira	9	3	551.100,00	11/1/2011	-	5.407,00	139.806,16
<b>Total 090008</b>							<b>452.810,33</b>	<b>1.689.853,25</b>

**Análise Crítica:** 1. João Pessoa – Edifício-sede da Seção Judiciária da Paraíba – o imóvel encontra-se irregular e mantém-se vinculado à Gerência Executiva do INSS, não obstante reiterados esforços da Administração da SJ/PB para regularização do mesmo.

2. Campina Grande – Subseção Judiciária de Campina Grande – o terreno possui Registro Imobiliário Patrimonial: 1981.000061.500-4, discriminado no Quadro A.11.3, porém as benfeitorias constantes no terreno estão sendo regularizadas, conf. Processo nº 04931.002154/2006-80, da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba.

3. Sousa – Subseção Judiciária de Sousa – O RIP encontra-se em fase de entrega, conf. Processos n.ºs. – 04931.001786/2006-26 e 4931.001787/2006-71, da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba.

4. Monteiro - Subseção Judiciária de Monteiro – imóvel disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Monteiro/PB, através do Acordo de Cooperação nº 03/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Monteiro e a Seção Judiciária da Paraíba. O novo prédio para instalação da Subseção Judiciária de Monteiro está sendo reformado e foi disponibilizado pelo Estado da Paraíba através de Termo de Cessão de Uso Gratuito, publicado em 21/12/2010 na Seção 3, do Diário Oficial da União.

5. Guarabira - Subseção Judiciária de Guarabira - imóvel disponibilizado pelo INSS que, após manifestação de interesse quanto à alienação do respectivo imóvel, encontra-se em fase de aquisição, conf. Nota de Empenho nº 2011NE 0000, aguardando finalização dos trâmites

internos para posterior envio à Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
09009	2531.00502.500-4 (1)	4	3	795.659,63	25/9/2001	-	73.277,91	31.838,27
09009	2531.00681.500-9 (2)	4	3	47.908,41	25/9/2001	-	-	-
09009	2531.00692.500-9 (3)	5	3	331.009,88	25/9/2001	-	-	-
09009	4079.033487-91 (4)	11	3	510.300,00	27/8/2004	-	3.018.764,62	43.190,45
09009	0514.0002882003-38 (5)	11	3	-		-	197.894,05	16.242,33
09009	04962.001058/2005-76 (6)	11	3	-		-	32.900,46	18.655,25
09010	04962.116388/2010-22 (7)	11	3	-		-	5.165,34	17.896,28
09009	05014.00075/2003-14 (8)	11	3	-		-	24.000,00	21.584,96
09009	Sede Petrolina (9)	11	3	1.300.000,00	-	-	88.863,10	439,04
09009	Sede Av. Recife (10)	11	3	39.863.203,00	18/8/1997	-	879.816,33	137.656,51
<b>Total 09009</b>							<b>4.320.681,81</b>	<b>287.503,09</b>

**Análise Crítica:** Os imóveis de (1) a (3) estão com o RIP regular. As numerações dos imóveis de (4) a (8) referem-se aos processos de regularização junto à SPU. Os imóveis (9) e (10) não se encontram em situação regular.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações

90007	1761.00361.500-8	21	5	5.984.863,57	31/12/2011	20.728.894,58	200.149,19	201.591,79
90007	Subseção Judiciária de Mossoró-RN	11	2	1.642.643,39	31/12/2011	2.152.028,25	23.697,17	45.556,75
90007	Subseção Judiciária de Caicó-RN	11	2	875.185,82	31/12/2011	1.360.678,18	8.625,90	18.579,59
<b>Total 090007</b>							<b>232.472,26</b>	<b>265.728,13</b>

**Análise Crítica:** A SJRN (UG 90007) registrou nos quadros A.11.3 três imóveis de propriedades da União. Todavia, apenas o imóvel localizado em Natal tem seu Registro Imobiliário Patrimonial. Quanto ao imóvel relativo à Subseção de Mossoró, por ser fruto de cessão de autarquia Federal, carece de Lei Federal que autorize a dita cessão. O imóvel relativo à Subseção de Caicó, cedido pelo Governo do Estado do RN, mediante Lei estadual, está em vias de regularização, estando a Procuradoria do Estado do RN responsável pelos trâmites cabíveis junto ao IDEMA. Esta Seccional abriu Processo Administrativo [1414/2011/JFRN] para registros e acompanhamento das ações que culminarão com a regularização do imóvel onde está instalada a Subseção Judiciária de Caicó. Quanto à manutenção dos imóveis, a SJRN vem envidando esforços para manter as instalações prediais em bom estado de uso, assim como adequando-as às novas normas que regulamentam essa área. As despesas relatadas acima são, pois, voltadas para esses objetivos.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090011(1)	3105 00145.500-5	21	3	6.381.564,66	01/12/2005	8.727,327,93	0,00	112096,10
090011(2)	3105 00135.500-0	21	4	93.591,99	20/06/2000	-	0,00	0,00
090011(3)	3157.00033.500-9	21	3	2.688.502,50	05/05/2005	2828688,05	0,00	15359,10
090011(4)	3141.00029.500-0	21	3	1.118.393,46	28/11/2008	1280595,54	5296,82	59984,80
090011(5)		3	3	-	-	-	10291,65	60781,82
<b>Total 090011</b>							<b>15.588,47</b>	<b>248.221,82</b>

**Análise Crítica:** Os imóveis em uso por esta Seccional sofrem manutenção periódica, encontrando-se em trâmite procedimento administrativo visando à adequação dos ambientes internos do Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral, assim como a confecção de projetos de segurança, incêndio e pânico dos 04 edifícios. O edifício onde funciona o Fórum Desembargadora Federal Margarida de Oliveira Cantarelli, apesar de vinculado à Fundação Universidade de Sergipe, também sofre manutenções periódicas por iniciativa desta Seccional, com o devido cuidado por se tratar de bem tombado pelo IPHAN. Acrescentamos, por fim, que não temos conhecimento/informações quanto ao cadastro (RIP) desse último imóvel na SPU.

**Fonte:** SIAP/TRF5, SJ/AL, SJ/CE, SJ/PB, SJ/PE, SJ/RN e SJ/SE.



## 11. Gestão de Tecnologia da Informação

Quadro 48 – Gestão da Tecnologia da Informação na UJ (A 12.1)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. <b>Respostas:</b> Quantitativo de servidores atuando na Subsecretaria de Tecnologia da Informação: 26 Quantitativo de terceirizados lotados na Subsecretaria de Tecnologia da Informação: Contratamos serviços e, sendo assim, a quantidade de profissionais atuando no TRF é influenciada pela demanda. No momento, para atender a demanda de serviços, encontram-se 67 profissionais terceirizados trabalhando nesta Subsecretaria.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. <b>Respostas:</b> Devido ao quadro extremamente reduzido e à imensa demanda por soluções de sistemas, contratamos serviços de análise e desenvolvimento. Temos alguns profissionais do quadro que acompanham as atividades de análise. A coordenação dos projetos e a contagem de pontos por função são conduzidas por servidores.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

Considerações Gerais: Não há

**Níveis de avaliação:**

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.  
 (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.  
 (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  
 (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.  
 (5) Totalmente

Fonte: STI/TRF5

## 12. Deliberações TCU / OCI

### 12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

#### Acórdão nº 5882/2010 – 2ª Câmara

Quadro 49 – Acórdão 5882/2010 – 2ª Câmara

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 012.090/2007-8.	5882/2010 – TCU – 2ª Câmara	9.4.1	DE	Comunicação Processual Controle nº 43104/TCU-SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária de Alagoas					-
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º graus da 5ª Região que adote medidas para: 9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às Senhoras Agnilda Borges de Lima, Lindinalva Ferreira Dias e Maria de Lourdes Pinto de Melo, e faça juntar a estes autos os comprovantes de					

notificação nos quinze dias subsequentes; (Observação: a Comunicação Processual Controle nº 24023/TCU-SEFIP, reiterada pela Comunicação Processual Controle nº 43104/TCU-SEFIP, esta encaminhada em 10/11/2011 ao TRF 5a Região, apenas solicita o envio do comprovante de ciência dos termos do Acórdão em relação a Senhora Agnilda Borges de Lima).

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Núcleo de Gestão de Pessoas	-
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>Conforme relatado no Relatório de Gestão do exercício de 2010, foi dada ciência à senhora Agnilda Borges de Lima, no dia 26/10/2010, conforme certidão do diretor do NGP, informando que a mesma não tinha condições de "firmar o termo de 'ciência nos autos'", por questão de saúde. No exercício de 2011, instado novamente por meio da Comunicação Processual Controle nº 43104/TCU-SEFIP, que reiterou o pedido da Comunicação Processual Controle nº 24023/TCU-SEFIP, que solicitou a juntada do comprovante de ciência respectivo, o TRF 5a Região encaminhou o referido comprovante ao TCU, por meio do Ofício nº 04/2011-SCI/TRF5, expedido em 15/12/2011, pela Subsecretaria de Controle Interno da Corte.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<p>Certidão atesta a ciência do teor do Acórdão pela senhora Agnilda Borges de Lima. O comprovante de ciência foi devidamente encaminhado ao Tribunal de Contas da União.</p>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
<p>O tempo de atendimento compreende as comunicações entre o TRF 5a Região e a Seção Judiciária de Alagoas e o envio do comprovante fisicamente à Corte. A solicitação do Tribunal de Contas da União foi cumprida sem maiores dificuldades.</p>	

Fonte: SJAL

### Acórdão nº 4203/2011 – 2ª Câmara

Quadro 50 – Acórdão 4203/2011 – 2ª Câmara

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Federal da 5a Região					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	TC 024.603/2007-8	4203/2011 - TCU - 2a Câmara	9.2	DE	Ofício nº 952/2011 - TCU-SECEX
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					

9.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, doravante, instrua seus processos de contratação com os estudos prévios de adequação, economicidade e de custo/benefício, conforme exigem os incisos I e III do art. 2º do Decreto nº 2.271/1997, em respeito ao princípio da eficiência do art. 37, caput, da Constituição Federal, além da adoção das seguintes providências:

Providências Adotadas	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria Administrativa	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Esclareço que a recomendação aqui referida tem sido aplicada aos novos procedimentos licitatórios realizados por este Tribunal Regional Federal da 5ª Região.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

Fonte: SA/TRF5

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 024.603/2007-8	4203/2011 - TCU - 2ª Câmara	9.2.1	DE	Ofício nº 952/2011 - TCU-SECEX
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.2.1. instrua os processos administrativos de pedido para abertura de licitações de serviços de limpeza, conservação e vigilância com o adequado planejamento das necessidades do órgão, em grau razoável de detalhamento, que possibilite o posterior controle dos resultados alcançados da terceirização em termos de sua eficácia, eficiência e economicidade;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>

Secretaria Administrativa
<b>Síntese da providência adotada:</b>
Esclareço que a recomendação aqui referida tem sido aplicada aos novos procedimentos licitatórios realizados por este Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Fonte: SA/TRF5

### Acórdão nº 4747/2010 – 2ª Câmara

Quadro 51 – Acórdão 4747/2010 – 2ª Câmara

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco					90009
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.650/2008-0	4747/2010-2. <sup>a</sup> Câmara	1.12	RE	Ofício 1193/2010-TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco					90009
Descrição da Deliberação:					
Alertar para as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2007					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Tecnologia da Informação					
Síntese da providência adotada:					
Alteração do termo de referência contemplando as recomendações expedidas pelo Controle Interno e realização, no exercício de 2009 de novos certames licitatórios para suporte e desenvolvimento de sistemas					
Síntese dos resultados obtidos					
Implantação de mensuração por resultados para serviços de TI e afastamento da possibilidade de subordinação entre o prestador dos serviços e o órgão contratante					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Dificuldade de criação de instrumentos de mensuração dos serviços em face da escassa literatura e de exemplos de outros órgãos que promovessem licitações nos moldes recomendados

Fonte: SJ/PE

## 12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

### Acórdão nº 4747/2010 – 2ª Câmara

Quadro 52 – Acórdão 4747/2010 – 2ª Câmara

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO					90009
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.650/2008-0	4747/2010-2. <sup>a</sup> Câmara	1.12	RE	Ofício 1193/2010- TCU/SECEX- PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO					90009
Descrição da Deliberação:					
Alertar para as recomendações expedidas pelo Controle Interno e realização de novos certames licitatórios					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Tecnologia da Informação					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Necessidade de aperfeiçoamento do termo de referência para serviços de infraestrutura em TI, já atendido no final do exercício de 2011 com a realização de certame licitatório nos moldes recomendados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Dificuldade de criação de instrumentos de mensuração dos serviços de infraestrutura de TI em face de escassa literatura e de exemplos de outros órgãos que já promoveram licitações do gênero					

Fonte: SJ/PE

### 12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 53 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO			90009
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	00013/2011	1, 2, 3 e 4	Ofício N.º 00003/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO			90009
Descrição da Recomendação:			
<p>1 - Atente para o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentária especificamente no que se refere a fazer constar dos autos a justificativa para a utilização de outras tabelas de referência ao invés da tabela SINAPI, indicando discriminadamente os itens e a respectiva tabela utilizada;</p> <p>2 - Faça constar dos autos, no caso de cotações realizadas no mercado local, a justificativa pela não utilização da tabela SINAPI nem de outra tabela de referência, acompanhada da identificação dos itens e das correspondentes cotações;</p> <p>3 - Faça constar dos autos dos processos administrativos de contratação todos os documentos a eles referentes em obediência ao art. 38 da Lei n.º 8.666/93;</p> <p>4 - quando exigível nos editais de licitação a apresentação, por parte da contratada, da folha de pagamento devidamente quitada, certifique-se se a quitação consta da documentação apresentada pela contratada antes de proceder ao atesto;</p> <p>5 - Proceda à juntada da Solicitação de Auditoria n.º 04/2011 - SCI/TRF5, do Ofício n.º 241/2011-SECAD com a respectiva documentação anexa e deste Relatório de Auditoria aos autos do processo administrativo n.º 1228/2010.</p>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração e Seção de Licitações e Contratos			90009
Síntese da providência adotada:			
<p>1 - A recomendação será observada nos próximos processos de contratação;</p> <p>2 - A recomendação será observada nos próximos processos de contratação;</p> <p>3 - A recomendação será observada nos próximos processos de contratação;</p> <p>4 - A recomendação será observada nos próximos processos de contratação;</p> <p>5 - A recomendação foi observada.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
A Administração está consciente do papel da tabela SINAPI, da necessidade de o processo administrativo conter todos os documentos da contratação e da certificação da quitação da folha de pagamento, em cumprimento da legislação e redução de riscos de responsabilidade trabalhista subsidiária.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve empecilho na tomada de conhecimento das recomendações pelo gestor, que foi devidamente informado do seu teor em comunicação enviada do TRF 5ª Região à Seção Judiciária de Pernambuco por malote, em tempo normal. O gestor está ciente das recomendações e as seguirá em futuros processos de contratação.			

Fonte: SJ/PE

### 13. Declaração do Contador

#### Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro 54 – Declaração Plena do Contador

<b>DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		090031	
<b>Unidades Consolidadas</b>		<b>Código da UG:</b>	
Seção Judiciária do Estado do Ceará		090006	
Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte		090007	
Seção Judiciária do Estado da Paraíba		090008	
Seção Judiciária do Estado de Pernambuco		090009	
Seção Judiciária do Estado de Alagoas		090010	
Seção Judiciária do Estado de Sergipe		090011	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	RECIFE-PE	<b>Data</b>	03/03/2011
<b>Contador Responsável</b>	JERONIMO JOSÉ DOS SANTOS	<b>CRC n°</b>	13.314-PE
<b>Assinam pelas Seccionais</b>			
<b>UJ</b>	<b>Contador Responsável</b>	<b>CRC n°</b>	
090006 - SJCE	Raimundo Gomes de Luna	CE-011155/0-7	
090008 – SJPB	Cléa Moreira da Silva	7795-PB	



## CONCLUSÃO

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e as Seções Judiciárias a ele vinculadas, empenharam-se para realizar ações com o objetivo de melhor atender aos seus jurisdicionados, visando cumprir sua missão constitucionalmente atribuída, qual seja, garantir à sociedade uma prestação jurisdicional cidadã, acessível, rápida e efetiva.

Analisando o desenvolvimento dos programas e ações previstas, como um todo, concluí-se que a 5ª Região utilizou com eficácia e eficiência a verba pública a ela destinada. Nesse contexto, destacamos o cumprimento de todas as Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, dirigidas à Justiça Federal (Metas nº 01, 02, 03, 04 e 09), para o ano de 2011, bem como a implantação e aprimoramento de diversos projetos estratégicos (Sistema Processual Judicial Eletrônico – PJe; Processo Administrativo Eletrônico; Sistema de Expedição Eletrônica de Requisitórios de Pagamento Administrativo para Peritos, Tradutores e Intérpretes – AJG5; Diário eletrônico da 5ª Região; e a Implantação das novas Varas Federais).

Merece destaque também o aumento do percentual de processos julgados em relação aos processos distribuídos (105,51%), superior ao alcançado no ano anterior (100,74%), do número de pessoas assistidas pelo programa de assistência jurídica a pessoas carentes, do quantitativo de jurisdicionados beneficiados com o pagamento de precatórios e RPVs, resultando em grande impacto benéfico direto na sociedade.

**PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

**Presidente do TRF 5ª Região**